

TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DIRETORIA DE PESQUISAS

n.56

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
DO MILÊNIO - ODM

UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho
Frederico Cavadas Barcellos

ISBN - 978-85-240-4355-0



 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.

www.ibge.gov.br
www.twitter.com/ibgecomunica
www.facebook.com/ibgeoficial

Atendimento
0800 721 8181

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas

Textos para discussão
Diretoria de Pesquisas
número 56

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM

uma avaliação crítica

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho
Frederico Cavadas Barcellos

Rio de Janeiro
2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1518-675X **Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 978-85-240-4355-0

© IBGE. 2015

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2015.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Carvalho, Paulo Gonzaga Mibielli de

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: uma avaliação crítica
/ Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho, Frederico Cavadas Barcellos. - Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2015.

52 p. - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X; n. 56)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-240-4355-0

1. Política social – Avaliação. 2. Programas de sustentação de renda – Avaliação. 3. Política econômica - Avaliação. 4. Desenvolvimento econômico – Aspectos sociais – Avaliação. I. Barcellos, Frederico Cavadas. II. IBGE. Diretoria de Pesquisas. III. Título. IV. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/2015-15

CDU 304
DEM

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
As origens dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	9
Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	11
Críticas aos ODM – questões gerais	12
Críticas aos ODM – questões específicas	15
Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome	15
Objetivo 2: Alcançar a universalização da educação primária	17
Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres	17
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade de crianças	18
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna	18
Objetivo 6: Combater HIV/AIDS, malária e outras doenças	18
Objetivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental	19
Objetivo 8: Desenvolver uma parceria internacional para o desenvolvimento	20
A questão do cumprimento das metas	21
As metas dos ODM devem ser perseguidas, mas não necessariamente alcançadas? ..	21
Como as metas dos ODM são globais, só podem ser cumpridas em nível mundial?	21
A ajuda aos países pobres aumentou? Os ODM influenciaram as políticas públicas? ...	22
As metas serão alcançadas?	22
Os dados do relatório da ONU sobre os ODM estão corretos?	24
A agenda de desenvolvimento pós-2015	24
O que muda com a passagem de ODM para ODS	27
Os ODS propostos	27
Objetivos.....	27
Metas	28
Indicadores	28
Considerações Finais	29
Referências Bibliográficas	33
Anexo 1: Lista oficial dos ODM com respectivas Metas e Indicadores.....	39
Anexo 2: Lista dos ODS (original, em Inglês)	41
Anexo 3: Lista dos ODS (tradução nossa)	43
Anexo 4: ODS: Objetivos e Metas	45

Apresentação

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram aprovados na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2001, como desdobramento da Cúpula do Milênio sendo considerado pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, o mais bem-sucedido esforço de combate à pobreza. Os ODM foram um sucesso do ponto de vista do marketing político, em especial para a ONU que alcançou uma projeção na área social que nunca havia obtido antes. O paradoxo é que os ODM não obtiveram o resultado esperado na sua proposta de alcançar um conjunto de metas de desenvolvimento humano até 2015, apesar de todos os esforços despendidos. Nesse contexto, seu sucesso deve ser relativizado.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos para pós-2015, surgem no documento final da Conferência Rio+20, realizada em 2012, denominado “O futuro que queremos”. Neste documento fica determinada a formação de um grupo de trabalho intergovernamental aberto para a elaboração dos ODS.

Este texto tem como objetivo fazer um balanço crítico dos ODM quanto a sua formulação e implementação e apresentar a proposta da ONU para a agenda pós-2015.

Priscila Koeller

Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações – CEEC / DPE

Introdução*

“The eight Millennium Development Goals are arguably the most politically important pact ever made for international development” (Lancet and London International Development Centre Commission 2010).

“Are the Millennium Development Goals just a string of global wish lists?” (Saith 2006).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgem no documento *Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration* aprovado pela 56ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas, em 2001. No ano anterior, 147 chefes de estado e de governo, representando 189 países, entre eles o Brasil, haviam se reunido na Cúpula do Milênio, da ONU, em Nova York, e se compromissado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015 por meio de ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente entre outras.

Definiu-se, também, o estabelecimento de uma parceria global para buscar construir o desenvolvimento sustentável. Para os ODM foram estabelecidas metas, a serem acompanhadas por um conjunto de indicadores propostos por especialistas do Secretariado das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU, “... os ODM foram os mais bem-sucedidos esforços para combater a pobreza em toda a história” (UN 2013a: 3).

Em 2004, o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelou que a qualidade e a amplitude da educação, a expectativa de vida e a renda da população nos 177 países analisados já não cresciam como na década de oitenta. Segundo o PNUD, um grande número de países viu o seu desenvolvimento

* Uma primeira versão deste texto foi apresentado no VI Congresso Iberoamericano de Desarrollo y Ambiente (CISDA) em Quito, Equador e posteriormente publicado na Revista Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244. Nossos agradecimentos a Maria Cristina Vallejo pelo convite para participar desse evento. Agradecemos também a Eloísa de Castro Silva, Leonardo Queiroz Athias e Sonia Maria M. C. Oliveira pelas críticas e sugestões, e a Priscila Koeller e Marcia M. M. Quintslr pelo incentivo.

Este texto foi concluído em fins de novembro de 2014.

caminhar para trás na década de noventa. Em 46 deles a renda das pessoas havia retrocedido a patamares inferiores do que eram há uma década; em outros 25 havia se ampliado o número de pessoas com fome. Os prognósticos de melhora em indicadores sociais eram sombrios e apontavam que, se esse ritmo fosse mantido, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio simplesmente não seriam alcançados em boa parte do mundo. No caso da África Subsaariana, por exemplo, a erradicação da fome e da miséria e o acesso ao saneamento básico só deveriam ser atingidos depois de 2200¹. Em setembro de 2010, o mundo renovou o compromisso para acelerar o progresso em direção ao cumprimento dos objetivos propostos.

Este texto objetiva fazer um balanço crítico dos ODM quanto a sua formulação e implementação, destacando-se questões metodológicas e empíricas, tema pouco explorado na literatura². Vale ressaltar que a avaliação dos ODM não é consensual entre os especialistas. Alguns consideram que, independentemente do tipo de processo colocado em marcha e dos resultados obtidos, o balanço final pende mais para o lado positivo justificado pelo esforço dos países em organizar o desenvolvimento local. Para outros, entretanto, prevalece a ideia de que, na prática, a proposta de se alcançar um conjunto de metas de desenvolvimento humano fracassou.

A avaliação crítica aqui desenvolvida transita nessa dualidade de avaliações sobre os ODM. Nesse contexto, apresenta a seguinte estruturação: inicialmente relataremos a história da origem dos ODM (parte 1); em seguida, apresentaremos o arcabouço dos ODM (parte 2), críticas gerais a sua concepção (parte 3) e específicas aos componentes dos ODM (parte 4). São discutidas ainda a questão do cumprimento das metas (parte 5) e a Agenda pós-2015 (partes 6 e 7). Considerações Finais encerram o texto.

¹ Vide "Apresentação" no Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, §4, setembro de 2004. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/1_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf acesso em 5 de janeiro de 2015.

² Extenso levantamento efetuado por Fehling, Nelson e Venkatapuram (2013), aponta que apenas 5% da literatura sobre os ODM tratam das limitações intrínsecas dos ODM.

1 - As origens dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Segundo David Hulme³ os ODM se originam de discussões havidas em duas instituições – ONU e OECD no contexto das relações internacionais pós-Guerra Fria. No período da Guerra Fria a ajuda dos países que disputavam a hegemonia política e econômica mundial tinha papel de “moeda de troca” para atrair países em desenvolvimento para um dos dois lados. Na década de oitenta a ajuda aos países pobres perde importância, pois acreditava-se que políticas de liberalização seriam suficientes para levar esses países ao desenvolvimento. Com o fim da Guerra Fria, em 1989, a realidade muda de forma mais drástica e as agências oficiais de assistência ao desenvolvimento tiveram expressivos cortes no orçamento (Hulme 2010).

A União Europeia ciente do problema, monta um grupo de trabalho com objetivo de avaliar tanto o futuro da ajuda ao desenvolvimento quanto o papel dos Comitês de ajuda ao desenvolvimento. Essas discussões levaram, em 1996, a elaboração do documento “*Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Co-operation*” (OECD 1996) que fixava objetivos e metas (a maioria para 2015) divididos em três áreas: bem-estar econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental e regeneração. A redação de algumas metas seria futuramente aproveitada, quase literalmente, nos ODM (ex.: redução da extrema pobreza).

Nos anos 90 a ONU realizou uma série de conferências internacionais: Cúpula Mundial das Crianças (Nova York 1990); Cúpula da Terra (Rio de Janeiro 1992); Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena 1993); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo 1994); Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (Copenhague 1995) e Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim 1995). Em 1996, a OECD elaborou um documento onde procurou consolidar muito do que já havia sido estabelecido⁴ pela ONU nessa série de conferências quanto a objetivos e metas.

Em 2000 o Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, lançou o documento “*We the peoples: the Role of the United Nations in the 21st Century*”. O principal tema do documento foi a erradicação da pobreza. Isso representou uma mudança de foco, pois nesse momento o “desenvolvimento não mais representa desenvolvimento nacional (construção da nação, crescimento econômico e melhora geral do bem-estar). Agora, desenvolvimento é sinônimo de erradicação (ou diminuição) da pobreza” (Hulme 2007: 8)⁵.

³ Tomamos David Hulme como autor de referência para a história dos ODM em especial Hulme (2007), Hulme (2009), Hulme e Scott (2010), e Hulme (2013).

⁴ Os ODM também vão ter essa preocupação. Mas consolidar não quer dizer incluir todos os objetivos e metas. Na prática se o objetivo ou meta da conferência não foi incluído no ODM sua visibilidade será muito pequena e corre o risco de ser deixado de lado.

⁵ Para uma análise das diferenças entre o documento da OECD e de Kofi Annan vide Hulme 2007. Para uma discussão sobre o espaço do tema pobreza nas discussões sobre desenvolvimento econômico vide Hulme 2013.

Ainda em 2000, realiza-se a Cúpula do Milênio quando é ratificada em assembleia pelos 189 países-membros da ONU, a “Declaração do Milênio” que serviu de base para os ODM estabelecidos em 2001 no “*Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*”. O objetivo era fazer convergir dois processos que começaram de forma independente, o da OECD e o da ONU. Em 2000, o FMI, a OECD e o Banco Mundial, juntos com a ONU, haviam divulgado o documento “*A Better World for All*” (FMI, OECD, UN, WB 2000), que pode ser considerado uma prévia dos ODM⁶.

Por que os países pobres/em desenvolvimento não protestaram por terem sido excluídos do processo? A rigor, não se pode dizer que os ODM foram impostos a esses países, pois tudo foi aprovado em assembleias da ONU. Mas os países em desenvolvimento aprovaram algo que praticamente não foi discutido com eles. Esse é um ponto que a literatura sobre o tema não discute as razões, embora se reconheça que o processo se deu “de cima para baixo” (“top down”).

Outro marco nesse processo foi a Conferência para Financiamento do Desenvolvimento promovida pela ONU, em 2002. Isso significou uma mudança no discurso neoliberal que passou a aceitar a ação de governo, mas junto com o setor privado, no combate à pobreza (Saith 2006). Segundo Hulme (2007) contribuíram para essa mudança os ataques de 11 de setembro, que de certa forma, descortinaram a realidade do mundo para os EUA, e a pressão do México, país estratégico para os interesses norte-americanos.

Os ODM também se beneficiaram de um novo contexto em termos de teorias de desenvolvimento e de metodologias de gestão. Nos anos 90 ganhou espaço a ideia de Amartya Sen (Prêmio Nobel de 1998) de desenvolvimento como desenvolvimento de capacidades, que desembocaria na concepção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Um marco nessa direção foi a publicação pelo *United Nations Development Program* (UNDP) do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, em 1990, com o IDH. Nesse mesmo ano, o Banco Mundial trouxe Pobreza como tema de seu *World Development Report*, dando, pela primeira vez, destaque a políticas sociais. Esses dois relatórios representaram um ponto de inflexão em termos das discussões sobre desenvolvimento econômico, que passa a ser crescentemente visto como um fenômeno com múltiplas dimensões não restrito à esfera econômica e mais especificamente ao PIB *per capita* (Hulme 2013).

Em 1992, foi publicado, com grande repercussão, o livro *Reinventing Government* de Osborne e Gaebler que propõe que agências de governo adotem a lógica do setor privado de

⁶ É interessante assinalar as diferenças entre o *Better World* (BW) e os ODM. No primeiro não consta a meta sobre Aids/HIV e sobre a ajuda dos países ricos aos países pobres – assunto delicado para as economias desenvolvidas. Nos ODM, ao contrário do BW, não consta um objetivo sobre acesso a serviços de saúde reprodutiva – assunto delicado para alguns países árabes e para a igreja católica.

mensurar de forma direta seus objetivos e meta⁷. O foco passa a ser “identificar e continuamente monitorar objetivos, metas e indicadores” (Hulme 2010, p. 2). Os objetivos, metas e indicadores deveriam ser SMART - *Stretching, Measurable, Agreed, Realistic and Time-limited*, portanto, elásticos, mensuráveis, acordados, realistas e delimitados no tempo. A ONU também criou um fórum de discussão sobre o mesmo tema⁸. Na resolução da Assembleia Geral da ONU, de onde originou o referido fórum, há menção explícita sobre a necessidade de uma administração pública eficiente para a implementação dos ODM⁹.

2 - Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

São 8 os objetivos do milênio, subdivididos em 21 metas e 60 indicadores (no Anexo 1, a relação completa na sua versão final de janeiro de 2008). Estão comprometidos com os ODM os 189 países-membros da ONU e 23 organizações internacionais.

A relação inicial sofreu duas modificações desde de sua formulação no *Road Map*¹⁰. Em 2007, em função das resoluções do *World Summit* de 2005 (UN 2005) e das recomendações do Secretário-Geral, quatro novas metas foram incluídas. Em 2008, a linha de pobreza foi revista passando de US\$1,00 dólar/dia em paridade de poder de compra (ppp) para US\$1,25 ppp em função de estudos feitos pelo Banco Mundial (Ravillion, Chen a Sangraula 2008).

Os Objetivos do Milênio são:

- 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome
- 2) Universalizar a educação primária
- 3) Promover a igualdade entre os sexos e empoderar as mulheres
- 4) Reduzir a mortalidade de crianças
- 5) Melhorar a saúde materna
- 6) Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças
- 7) Garantir a sustentabilidade ambiental
- 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

O arcabouço dos ODM foi muito importante, pois se “definiu pela primeira vez um conjunto integrado de metas quantitativas com prazos especificados numa tentativa de dar sentido operacional para algumas das dimensões básicas do desenvolvimento humano” (UN

⁷ As ideias principais do livro estão resumidas em Osborne, 1993.

⁸ Vide

<http://www.unpan.org/DPADM/Events/GlobalForum/GlobalForumonReinventingGovernment/tabid/441/language/en-US/Default.aspx>

⁹ Vide <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan008487.pdf>

¹⁰ Vide <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Indicators/About.htm>

Task team 2012: 5). Muitos países em desenvolvimento desenharam estratégias nacionais de desenvolvimento explicitamente orientadas para atingir as metas dos ODM e colocaram esses objetivos entre suas prioridades nacionais. Os ODM fortaleceram a capacidade de produção de estatísticas dos países em desenvolvimento que, para tanto, contaram com apoio dos países ricos.

Os ODM, portanto, contribuíram para criar um arcabouço que ajudou a um crescente uso da estatística para tomada de decisão. Incentivou a busca pelas partes envolvidas de mais capacidade estatística, maior coordenação entre países e instituições internacionais e entre órgãos dentro dos países. Promoveu o aumento da disponibilidade de dados, e mais e melhores indicadores foram se tornando disponíveis (UN 2013b).

Segundo o Lancet and London International Development Centre Commission (2010), há quatro importantes contribuições positivas dos ODM: estimula o consenso mundial global; fornece foco para a defesa da ajuda aos países mais pobres; aprimora a focalização e o fluxo de ajuda ao desenvolvimento e; desenvolve o monitoramento de projetos de desenvolvimento.

As principais vantagens (forças) dos ODM seriam ter objetivos¹¹:

- i) simples, limitados e mensuráveis;
- ii) com prazo para serem alcançados;
- iii) focados em áreas onde há grande consenso internacional;
- iv) orientado para resultados;
- v) que assumam o pressuposto que a pobreza é um fenômeno multidimensional;
- vi) que venham acompanhados de políticas de apoio à produção de estatísticas.

3 - Críticas aos ODM - questões gerais

“The MDG were never very satisfying as an academic or intellectual concept” (Gass 2013)

As críticas que vamos apresentar a seguir são as chamadas críticas internas. Isso significa que concordamos com o pressuposto básico dos ODM, de que seus objetivos são instrumentos importantes para se promover o desenvolvimento e que para serem eficazes devem se desdobrar em metas e indicadores.

A opção por essa metodologia inevitavelmente acarreta na aceitação que o escopo da análise estará limitado (ao que é mensurável), e que a realidade estará fragmentada em diferentes indicadores. Como bem colocou Vandemoortele (2009: 356), “não importa o número,

¹¹ UN System Task Team (2012), Higgens (2013), Karver, Kenny e Sumner (2012), dentre outros.

um conjunto de metas nunca poderá cobrir de forma adequada todas as dimensões do desenvolvimento humano”. Esse custo é inevitável, mas é importante que se tenha consciência desse problema, pois só assim se poderá aprimorar a metodologia ou eventualmente substituí-la por outra melhor que seja mais holística e sinérgica¹². Isso não quer dizer, como se verá mais adiante, que variáveis qualitativas devam ser desprezadas, pois muitas delas podem ser mensuradas.

Nossa principal crítica é que não encontramos – portanto, se existe é pouco visível – nenhum documento da ONU que justifique e fundamente a escolha dos 8 objetivos, 21 metas e 60 indicadores dos ODM. Encontramos apenas um documento - UN Development Group (2003) - especificamente sobre a metodologia dos indicadores e que, não discute como, a partir das metas se chegou aos indicadores¹³. O fato de não existir esse documento sugere que muitas escolhas foram políticas, fruto de acordos entre países e organizações cuja lógica completa talvez nunca venha a público¹⁴.

Outra questão geral é de ordem prática: como produzir e monitorar 60 indicadores¹⁵, que em tese, devem estar disponíveis para todos os 189 países-membros da ONU. Em média, há três indicadores por meta. Não seria mais realista ter menos metas e indicadores? A Comunidade Europeia, por exemplo, trabalha para monitorar suas políticas com dois conjuntos de indicadores: o conjunto completo e os chamados “*core indicators*”, que é um subconjunto menor acompanhado mais de perto¹⁶. Certamente um dos motivos que levaram a ONU a não optar por esse caminho foi que a escolha de quais indicadores são mais importantes é também política, o que significaria negociações extremamente difíceis.

A escolha do ano-base é outra questão de ordem geral. Dado que a Declaração do Milênio, que serviu de base para os ODM é de 2000, seria natural que fosse este o ano-base. No entanto, o ano-base é 1990. A implicação dessa escolha é a baixa disponibilidade de estatísticas. Muitos países pobres só passaram a produzir as estatísticas necessárias para os ODM a partir do seu estabelecimento. Como as metas são para 2015, esses países terão, na prática, bem menos tempo que os demais para cumprir as metas.

¹² Para Lancet and London International Development Centre Commission (2010) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deveriam ser mais holísticos e sinérgicos que os ODM. Os autores, no entanto, não chegam a formular uma proposta concreta de ODS com base nesses princípios.

¹³ Como o documento é de 2003, as inclusões posteriores de metas e indicadores estão disponíveis apenas no link <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/MainPage.ashx>

¹⁴ Em Fehinf, Nelson e Venkapuram (2013) há algumas referências a respeito desse tema, que dão conta, por exemplo, da influência do Banco Mundial na definição dos indicadores de pobreza e da dificuldade inicial de se estabelecer um objetivo de saúde reprodutiva em função do posicionamento do Vaticano e dos estados islâmicos conservadores.

¹⁵ Estamos incluindo nesse total todos os indicadores. Excluindo os do Objetivo 8, que se referem principalmente aos países ricos, o total seria de 44 indicadores.

¹⁶ No caso dos ODM, o Eurostat considera que há 10 “*core indicators*” (Eurostat 2010).

Não só o ponto de partida (ano-base) tem certa dose de arbitrariedade, o ponto de chegada também. Por que a escolha de 2015? Quatorze anos – estamos pressupondo que o processo dos ODM se inicia em 2001 com o *Road Map* – é um tempo viável para se atingir a meta? A resposta vai depender em grande medida em quanto o país estava distante da meta em 2001 e também do esforço que ele fará, com ajuda internacional em muitos casos, em quatorze anos para cumpri-la. Como vários autores destacaram – ex.: UN Task team 2012 – ao se fixar o ano-base em 1990 e a meta em 2015 foram prejudicados principalmente os países africanos que são os mais atrasados e menos preparados para cumprirem as metas.

O ponto de partida de tudo foram os oito objetivos obtidos a partir da Declaração do Milênio. Sem entrar no mérito do número de objetivos, cabe destacar que a declaração do milênio (UN 2000) é mais abrangente em termos de temática do que os ODM. Foram omitidos inteiramente os temas “paz, segurança e desarmamento”, e “direitos humanos, democracia e governança”.

Outras críticas¹⁷:

- i) foco excessivo em metas internacionais que, implicitamente, também seriam metas nacionais, sem levar em consideração as desigualdades e diferenças regionais entre os diferentes países¹⁸;
- ii) pouca atenção às desigualdades existentes dentro da população e entre grupos sociais específicos dentro de um país;
- iii) baseia-se nas conquistas mínimas – p. ex. educação básica – não captando demandas dos países de renda média – p. ex. educação secundária e universitária e dos países (ex-comunistas) do leste europeu – p. ex: consolidação da democracia;
- iv) metas voltadas para países pobres, mas a pobreza está concentrada especialmente nos países de renda média;
- v) ODM é baseado principalmente em redução de metas relativas, que apresentam duas limitações: a) muitas vezes são inversamente proporcionais ao nível inicial, logo colocam maior carga nos países mais pobres, com menos recursos; e b) dependendo do crescimento da população, a meta pode ser alcançada e o problema ter aumentado, em termos do número de pessoas afetadas;

¹⁷ Vide UN System Task Team (2012), Higgens (2013), Karver, Kenny e Sumner (2012) Lancet and London International Development Centre Commission (2010) dentre outros.

¹⁸ Muitos países podem ter confundido metas internacionais com nacionais, em decorrência das primeiras terem mais espaço na mídia.

vi) não abordam os meios para se chegar aos fins – p ex. instituições, mudanças estruturais – nem princípios gerais de políticas. É uma agenda, mas não uma estratégia de desenvolvimento;

vii) as metas são quantitativas e não qualitativas – p. ex.: metas de qualidade do ensino ficaram de fora;

viii) distorcem as políticas de ajuda ao desenvolvimento que passam a ser excessivamente focada nos ODM deixando de lado outras áreas;

ix) distorcem as políticas públicas que passam a ser excessivamente focadas em alcançar as metas dos ODM em curto prazo. Isto gera um *stress* também na produção de estatísticas e de como os dados internacionais são compilados e harmonizados.

4 - Críticas aos ODM – questões específicas

Nesse item vamos analisar cada um dos ODM quanto ao seu objetivo, metas e indicadores. Na literatura sobre ODM não é comum essa abordagem, pois o que predomina são avaliações e críticas ao conjunto dos ODM. Em muitos momentos mencionaremos a necessidade de mais indicadores e metas para melhor cobrir o objetivo analisado. Isso muitas vezes é necessário, mas temos consciência de que existe um *trade-off*; mais indicadores significa necessidade de produzir mais estatísticas, o que nem sempre é possível com um nível mínimo de qualidade, e também torna o acompanhamento mais difícil. Outro *trade-off* é que quanto maior o número de objetivos, metas e indicadores, maior tendência a inconsistências e desarticulação do conjunto desses três elementos.

4.1 - Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome

Esse objetivo tem três metas, duas com datas. Como já mencionado, não é explicado porque a proporção de pessoas vivendo com menos de U\$ 1,25 ppp ao mês tem que ser reduzida à metade (meta 1.A). Por que não uma meta mais ambiciosa se o objetivo é erradicar e não diminuir a extrema pobreza e a fome? O mesmo argumento se aplica à meta 1.C de reduzir pela metade a proporção de pessoas que passam fome.

A meta 1.B é a mais incompreensível, pois a rigor nem pode ser chamada de meta pois não fixa prazo para ser alcançado o “pleno e produtivo emprego e trabalho decente para todos, inclusive mulheres e jovens”. Provavelmente, não se fixou um prazo por um motivo muito

simples, essa é uma meta impossível de ser alcançada, pelo menos numa sociedade capitalista¹⁹. Portanto, não é uma meta e sim uma declaração de intenções.

É importante deixar claro que esse objetivo trata da pobreza em termos de renda que é uma das dimensões da pobreza, e tem sérias limitações para ser utilizada em sociedades rurais pobres, onde a produção para autoconsumo é grande e é baixa a monetização da economia.

Em sua análise a respeito de aspectos conceituais sobre pobreza, Feres e Villatoro (2013) ressaltam que há uma necessidade urgente de erradicação de um fenômeno para o qual não há consenso sobre o seu significado ou sobre a melhor forma de medi-lo. Avaliam que a erradicação da pobreza, quando realizada exclusivamente por meio de uma métrica monetária, pode ser questionada pela multidimensionalidade da pobreza, apesar de reconhecerem que a informação renda é essencial para identificar os pobres, ainda que forneça uma caracterização incompleta de privação. Observam ainda que “ao se usar apenas linhas de pobreza monetárias, corre-se o risco de produzir estratégias desbalanceadas que visam remover da estatística um dos sintomas da pobreza e ignorar as causas de privação” (2013: 71).

O uso de dólar com paridade de poder de compra tem suas limitações, mas, dado o grande número de países envolvidos, seu uso é inevitável e não vemos sentido em criticá-lo. Essas limitações são reconhecidas pela própria ONU (UN 2003).

Um dos indicadores é a participação dos 20% mais pobres (quartil de menor renda) no consumo nacional. Para se ter essa estatística se pressupõe que o país tenha uma pesquisa domiciliar que investigue renda e consumo. Uma pesquisa sobre o consumo das famílias é muito complexa e trabalhosa e, portanto, os países mais pobres tiveram muita dificuldade em realizá-la.

O indicador proporção de trabalhadores por conta própria e trabalhadores domiciliares (considerados trabalhadores vulneráveis²⁰) como proporção do emprego total não tem um valor de referência. Portanto, não há um parâmetro para se avaliar o desempenho do indicador. O que seria uma proporção alta de trabalhadores por conta própria e trabalhadores domiciliares? O indicador crescimento do PNB por pessoa empregada apresenta o mesmo problema. Sem um parâmetro, é impossível afirmar se uma meta foi atingida ou não.

¹⁹ Uma taxa de desemprego/desocupação igual a zero não é factível, pois sempre vai existir o desemprego friccional, das pessoas que estão momentaneamente desempregadas por estarem em transição entre empregos. Mas, a situação de haver apenas desemprego friccional, não é desejável numa economia de mercado, pois o desemprego baixo pressiona para cima os salários e, portanto, a inflação. Sobre as ambiguidades dessa meta, do ponto de vista de um defensor da mesma vide ILO 2014. Pollin (2008) apresenta um ponto de vista crítico sobre a viabilidade do pleno emprego e faz uma pequena resenha do debate teórico sobre o tema.

²⁰ Vide <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/1-7-Proportion-of-own-account-and-contributing-family-workers-in-total-employment.ashx>

Os indicadores relativos à fome – proporção de crianças abaixo do peso e de população com dieta insuficiente - são muito demandantes em termos de produção de estatística. Significa pesar todas as crianças com menos de 5 anos e ter uma detalhada pesquisa de hábitos de consumo. Mesmo assim pode haver distorções; uma criança pode estar com peso adequado, mas ter uma alimentação inadequada (ex.: excessivamente calórica).

Como bem assinalou Lancet and London International Development Centre Commission (2010), faltou uma meta para a produção agrícola familiar que é importante tanto para o combate à pobreza quanto da fome. Por sinal, metas de produção agrícola e industrial estão ausentes dos ODM. No terciário, apenas alguns setores estão presentes – p. ex.: serviços de cunho social (saúde, educação etc).

4.2 - Objetivo 2: Alcançar a universalização da educação primária²¹

A meta é muito ambiciosa e, portanto, irrealista - “assegurar que, até 2015, todas as crianças, tanto meninos como meninas, estejam em condições de completar a educação primária”. É impossível nesse prazo, colocar todas as crianças na escola. Também precisaria ser definido o que se entende por “estar em condições de completar”. Como garantir isso? Talvez só com taxa de evasão zero por vários anos consecutivos.

Como vários autores já assinalaram – p. ex. Karver, Kenny e Sumner (2012) - trata-se de uma meta mais de frequência à escola do que de aprendizado. Completar a educação primária não significa a mesma coisa, em termos de aprendizado, em diferentes países e mesmo dentro de um mesmo país. Índices de repetência, de distorção série idade e mesmo resultados do teste PISA²² poderiam ser usados para medir qualidade do ensino.

4.3 - Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres

A meta “eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária, preferencialmente até 2005 e em todos os níveis de educação no mais tardar em 2015” é inteiramente irrealista. Se o *Road Map* que instituiu os ODM é de 2001, como esperar que em quatro anos pudesse acabar a disparidade de gênero na educação primária e secundária?

O empoderamento das mulheres – conceito que por sinal não é definido - não se restringe ao acesso à educação. Há também uma contradição com o objetivo 2. Faz sentido eliminar a disparidade de gênero na educação secundária e terciária se não há meta para universalizar o acesso a esses níveis de educação?

²¹ A educação primária corresponde, no caso do Brasil, à primeira parte do ensino fundamental.

²² Programme for International Student Assessment (PISA) da OECD vide <http://www.oecd.org/pisa/>

Apesar da única meta desse objetivo referir-se apenas à eliminação da disparidade entre gêneros na educação, dois dos seus três indicadores não tratam desse tema. Esse é um exemplo de fraca articulação entre objetivo-meta-indicador.

Os indicadores “proporção do emprego feminino no setor não agrícola” e “proporção de mulheres no parlamento” precisariam de um valor de referência. Implicitamente se supõe que esse valor seja 50%, que é também irrealista no curto e médio prazos.

4.4 - Objetivo 4: Reduzir a mortalidade de crianças

A meta é a redução em 2/3 da taxa de mortalidade infantil de 1990 a 2015. Novamente não é explicado porque a redução precisa ser de 2/3²³. Não há um valor de referência, e o importante não é simplesmente que a mortalidade infantil diminua, mas que ela caia até um determinado nível considerado aceitável. Todas as metas de redução deveriam ter valores de referência. Se a mortalidade por rubéola é tão importante, tanto que foi incluído um indicador sobre vacinação²⁴, por que não incluir o índice de mortalidade por essa doença?

4.5 - Objetivo 5: Melhorar a saúde materna

O indicador de taxa de uso de contraceptivos é impreciso, pois abarca o uso de qualquer contraceptivo, durante qualquer período de tempo²⁵ (vide definição em WHO 2006). Mesmo assim, é ilusória a meta de se alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva.

4.6 - Objetivo 6: Combater HIV/AIDS, malária e outras doenças

Esse objetivo tem a única meta, que de forma inequívoca, não foi atingida - “Alcançar, até 2010, acesso universal ao tratamento para HIV/AIDS para todos que necessitam”. Um ponto a ser esclarecido é o motivo dessa meta, bem como a de biodiversidade do Objetivo 7, ter como referência o ano de 2010 e não 2015, como é o caso da maioria das demais.

O Objetivo 6 tem um dos indicadores mais irrealistas, em termos de disponibilidade de estatísticas: a “taxa de frequência a escola de órfãos em relação a não órfãos de idade de 10 a 14 anos”. No caso, são órfãos em que um dos pais morreu de AIDS.

²³ Para não ficar repetitivo não vamos, a partir desse objetivo, mencionar a questão das metas arbitrariamente fixadas, salvo casos extremos.

²⁴ Segundo UN 2003 a rubéola é a principal causa de mortalidade infantil dentre as doenças onde é possível imunização.

²⁵ O manual dos indicadores dos ODM deixa claro que o quesito “período de tempo” é investigado de diversas formas pelos países vide <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/5-3-Contraceptive-prevalence-rate.ashx>

Informações sobre o combate ao HIV/AIDS demandam muito dos órgãos produtores de estatísticas. Um exemplo é o indicador sobre o uso de preservativo pela população de risco. Como os homossexuais estão incluídos neste grupo, supõe-se que se saiba qual é seu contingente. Dado o preconceito que cerca o tema, é provável que a maioria dos países não tenha essa informação. Segundo a ONG ILGA²⁶ em, pelo menos, 78 países há leis que criminalizam práticas homossexuais²⁷.

Com relação a malária e tuberculose, é crítica a questão de disponibilidade de estatísticas. Segundo Attaran 2005, com as informações existentes é no mínimo difícil estimar a incidência de malária e tuberculose, e a taxa de mortes entre mães só pode ser estimada de forma muito rudimentar²⁸.

4.7 - Objetivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental

Esse objetivo prima pela imprecisão das metas. A primeira é “Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais”. Em primeiro lugar, não há data, portanto, a rigor não é uma meta. O que vem a ser “integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais”? Isso não é esclarecido. Não é por acaso, que essa meta não possui nenhum indicador.

A meta seguinte 7.B é “reduzir a perda da biodiversidade alcançando, em 2010, uma redução significativa na taxa de perda”. O que vem a ser concretamente “perda de biodiversidade” e “redução significativa”? Isso não é explicado. Algumas pistas sobre o que vem a ser perda de biodiversidade podem ser encontradas nos indicadores, todos muito demandantes em termos de estatísticas. Por exemplo, quantos países têm condição de estimar a proporção de seus estoques pesqueiros que está dentro de limites biológicos de segurança?

A meta 7.C diz respeito a “diminuir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico”. O que vem a ser acesso sustentável? Basta a população ter acesso ao saneamento, sem levar em conta, por exemplo, se o esgoto é tratado ou não? São perguntas sem resposta. Nessa meta, mesmo o manual da ONU (UN 2003) assume que não existe uma definição uniforme do que seja saneamento adequado, o que prejudica a comparação das estatísticas. A definição adotada no manual de acesso a

²⁶ A International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association inclui em sua composição 407 organizações de toda a Europa. A ILGA tem status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e estatuto participativo no Conselho da Europa.

²⁷ A “prática homossexual ainda é crime em 78 países, cinco deles aplicam a pena de morte”. Site UOL disponível em <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/05/17/pratica-homossexual-ainda-e-crime-em-78-paises-cinco-deles-aplicam-pena-de-morte.htm> acesso em 27 de dezembro de 2013.

²⁸ O artigo de Amir Attran foi contestado em McArthur, Sachs e Schmidt-Trau 2005, mas não foram questionados os pontos que destacamos.

saneamento básico melhorado (*improved sanitation*) é bastante ampla e, portanto, muito questionável se seria efetivamente acesso a saneamento básico adequado.

A última meta é “alcançar até 2020 uma significativa melhora na vida de, pelo menos, cem milhões de moradores em favelas”. Por que 2020? Por que cem milhões? Por que essa é a única meta quantitativa com valor numérico? Quanto os cem milhões representam no total de moradores em favelas? Por que a meta é um número absoluto, mas seu único indicador é uma proporção (percentagem da população urbana vivendo em favelas) e não um valor numérico? Novamente são perguntas sem respostas.

Essa meta foi atingida por ser pouca ambiciosa. Segundo o relatório da ONU (2013) de 2000 a 2010 mais de 200 milhões de moradores em favelas tiveram melhoras em condições de moradia. Mas se estima que em 2012 haveria 863 milhões de pessoas em países em desenvolvimento morando em favelas, a tendência é de crescimento. Portanto, duzentos milhões representam apenas 23,2% do total²⁹.

4.8 - Objetivo 8: Desenvolver uma parceria internacional para o desenvolvimento

Não há datas para nenhuma meta desse objetivo, aquele que trata basicamente dos compromissos dos países ricos para com os países pobres. Isso mostra claramente um tratamento diferenciado entre esses dois grupos de países. Vamos nos restringir a comentar as duas últimas metas, que estão mais voltadas para os países em desenvolvimento.

A meta 8.E tem como indicador a “proporção de população com acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis em bases sustentáveis”. A World Health Organization (WHO) tem uma relação de medicamentos essenciais, mas o acesso aos mesmos é levantado por meio de uma pesquisa junto a especialistas e não junto a população (UN 2003), o que limita muito a qualidade de informação. O próprio manual dos indicadores dos ODM assume que são muitas as informações necessárias para produzir esse indicador e que a comparabilidade internacional desses dados é limitada³⁰.

A meta 8.F é “em cooperação com o setor privado, tornar disponível os benefícios de novas tecnologias, em especial as de informação e comunicação”. Os indicadores dessa meta – telefones fixos e celulares e usuários de internet por 100 habitantes – tiveram incremento significativo em todos os países, por fatores não relacionados aos ODM (Fakuda-Parr e Greenstein 2010). Portanto, são indicadores inadequados.

²⁹ Talvez por causa disso, essa meta perca destaque no relatório de 2014, não estando na relação de metas atingidas no capítulo de visão geral.

³⁰ Vide <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/8-13-Proportion-of-population-with-access-to-affordable-essential-drugs-on-a-sustainable-basis.ashx>

5 - A questão do cumprimento das metas

"Let's face it: it's over. The MDGs will not be met" (Easterly 2009).

"It is impossible to say with any certainty what was the impact of the MDGs" (Kenny e Sumner 2011).

Esse é um ponto polêmico, pois há diferentes entendimentos sobre o que seja o cumprimento das metas. A seguir comentaremos os principais pontos em discussão nesse tema.

5.1 - As metas dos ODM devem ser perseguidas, mas não necessariamente alcançadas?

Essa pergunta parece à primeira vista sem sentido. Afinal, se existem metas essas devem ser alcançadas. Mas Fukuda-Parr e Greenstein (2010) e Clemens, Kenny e Moss (2007) abordam essa questão de outra forma. Para eles não faria sentido tratar os ODM com a mesma rigidez de metas de planejamento. O importante seria perseguir as metas, e os ODM seriam bem-sucedidos se conseguissem acelerar esse processo. Por exemplo: acelerar a diminuição da pobreza. Alcançar as metas seria secundário. Os ODM deveriam ser encarados como instrumentos (Clemens, Kenny e Moss) utilizados para se alcançar o desenvolvimento humano ou valores de referência (*benchmarks*) (Fukuda-Parr e Greenstein) e não estritamente como metas. Porém, não é dessa forma que a ONU e a maioria dos países e partes interessadas vêem a questão. Estudo de Fukuda-Parr e Greenstein conclui que não houve, depois da instituição dos ODM, uma aceleração do avanço em direção ao cumprimento das metas na maioria dos países e na maioria dos indicadores.

5.2 - Como as metas dos ODM são globais, só podem ser cumpridas em nível mundial?

Em caso afirmativo, metas por países/regiões fazem pouco sentido tendo em vista que foram elaboradas com base em tendências mundiais e não regionais e locais. Como a população pobre se concentra atualmente nos países de renda média, especialmente na China e na Índia (Kanbur e Sumner 2011), bastaria que esses dois países cumprissem a meta com alguma folga para, em muitos casos, a meta global ser atingida. Dentro dessa lógica, não faria sentido dar ajuda aos países africanos, pois eles influenciam pouco no cumprimento da meta. Com isso dezenas de países pobres seriam excluídos. Além disso, se as metas são meras extrapolações de tendências mundiais, então deveria ser fácil cumpri-las (Tabatabai 2007). Portanto, não faria sentido existir os ODM.

Vandemoortele (2009) tem razão quando afirma que é muito difícil para um país com baixo desenvolvimento humano alcançar as metas dos ODM. Por esse motivo, a ONU passou a

aceitar o uso de metas nacionais, sem abrir mão das metas globais. Isso possibilita que o país cumpra sua meta nacional, que a princípio seria mais realista, sem necessariamente cumprir as metas globais.

5.3 - A ajuda aos países pobres aumentou? Os ODM influenciaram as políticas públicas?

Os ODM, como vimos, foram formulados com a intenção de ser um meio para estimular dois fins: maior ajuda dos países ricos aos países pobres e maior empenho dos países, em especial os mais pobres, em aumentar seu desenvolvimento humano. Os dois fins se complementam, pois mais ajuda contribui para maior empenho. Mas a ajuda aumentou depois do estabelecimento dos ODM? Segundo o estudo de Kenny e Sumner (2011) a fraca evidência disponível aponta que os ODM contribuíram para o aumento da ajuda dos países ricos aos pobres e que essa ajuda pode ter tido algum impacto sobre os resultados na área social. O impacto dos ODM foi limitado tanto nas políticas de desenvolvimento dos países quanto na redução global da pobreza. Em suma, o resultado é favorável aos ODM, mas está longe de ser robusto e de mostrar evidências fortes e conclusivas.

5.4 - As metas serão alcançadas?

Segundo Clemens, Kenny e Moss (2007) a meta de diminuição da pobreza será alcançada devido ao progresso da China e da Índia, mas é difícil assegurar o quanto dessa redução se deve especificamente aos ODM, dado que vários outros fatores também tiveram influência nesse resultado (Fukuda-Parr 2012). A redução da pobreza tem sido lenta e muito desigual entre os países.

O último relatório da ONU de avaliação do progresso nos ODM – *The Millennium Development Goals Report 2013* (UN 2013a)³¹ – afirma, no capítulo de Visão Global, que já se alcançou ou se está em vias de alcançar dentro do prazo estabelecido as metas de: 1) redução do número de pessoas vivendo em extrema pobreza; 2) redução do número de pessoas que passam fome; 3) diminuição da proporção de pessoas sem acesso à água potável de qualidade; 4) redução das taxas de morte por tuberculose; 5) redução das taxas de morte por malária; 6) melhora na situação de 100 milhões de moradores em favelas; 7) queda do serviço da dívida como proporção das exportações; e 8) diminuição do imposto de importação dos países ricos relativos às exportações dos países em desenvolvimento.

³¹ Posteriormente, quando o presente texto estava em revisão final, foi divulgado o relatório de 2014 (UN 2014) que é ainda mais otimista em relação ao cumprimento das metas. Por questões de tempo e espaço, optamos por não analisá-lo, mesmo porque, em linhas gerais, os problemas que apontamos continuam presentes.

O relatório confunde os conceitos de meta e indicador. Utiliza o termo metas, mas, na realidade, está se referindo a indicadores. Com o desempenho favorável dos oito indicadores relacionados no parágrafo anterior só se alcança uma meta. Pois, para atingir as metas seria necessário conseguir resultados favoráveis em todos os indicadores relativos à meta considerada. Por exemplo, um dos indicadores da meta 1. A - “diminuir pela metade, de 1990 a 2015, a proporção dos que vivem com menos de U\$1,25 ppp ao dia” – é a participação dos 20% mais pobres no consumo nacional. Esse indicador não é sequer mencionado no relatório. A única meta alcançada é a 7. D - “Até 2020, alcançar significativa melhora na vida de, pelo menos, cem milhões de moradores em favelas”, pois a essa meta só corresponde a um único indicador, que segundo o relatório, teve o resultado desejado. Vale frisar que o relatório destaca como resultados favoráveis apenas oito dos sessenta indicadores que fazem parte dos ODM.

A redução da pobreza leva à redução da fome, portanto, esse era um resultado esperado. Como a meta relativa às favelas é um número absoluto e os maiores avanços ocorreram na Ásia³², é bem provável que Índia e China tenham influenciado o resultado final.

Com relação a malária, o relatório é contraditório. No capítulo relativo à meta 6 não se afirma que ela foi ou está em vias de ser alcançada, e sim que houve significativas reduções na incidência da doença, mas que “para sustentar esses ganhos se requer um esforço extra e um renovado compromisso da comunidade internacional” (UN 2013a: 38). Ou seja, nada está garantido³³. Quanto à malária, os resultados apresentados mostram expressiva queda nos índices da Ásia, portanto, o resultado pode estar influenciado pelo desempenho de China e Índia.

Com relação ao acesso à água potável, quatro regiões já atingiram a meta e como consequência a meta foi alcançada globalmente. Das quatro regiões, três são da Ásia e a quarta é a América Latina. Novamente o resultado global pode ter sido muito impactado pela evolução favorável de dois países (China e Índia). O relatório faz ressalva quanto à qualidade das estatísticas afirmando que “o número de pessoas sem acesso à água potável de boa qualidade deve ser duas ou três vezes maior do que o que consta das estimativas oficiais” (UN 2013a: 47). Levando-se em consideração essa ressalva, pode-se afirmar com segurança que a meta foi atingida? Note-se que já foram levantados nesse texto questionamentos metodológicos aos indicadores relativos à malária, tuberculose e favelas.

Com relação aos indicadores econômicos, não há muito o que dizer pois a rigor não há metas para os mesmos. Sem dúvida a queda da relação serviço da dívida/exportações é uma

³² Vide gráfico na página 50 do referido relatório, sobre a proporção da população urbana vivendo em favelas. Estranhamente, a meta é em números absolutos, mas o gráfico é em percentual.

³³ Cabe registrar que no relatório de 2014, a posição da ONU muda e se afirma que, mantidas as tendências atuais, as metas para malária e tuberculose serão alcançadas (UN 2014).

boa notícia e se refere a meta 8.D “lidar de forma abrangente com os problemas de dívida dos países em desenvolvimento por meio de medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a dívida sustentável no longo prazo”. Não há como dizer que a meta foi alcançada, pois a mesma não menciona em quanto essa relação serviço da dívida/exportações deve cair ou em que nível essa relação pode ser considerada sustentável.

O mesmo argumento se aplica com relação à queda do imposto de importação. Provavelmente, muito pouco desses dois resultados se deve aos ODM. No caso, por exemplo, do primeiro indicador certamente o *boom* de *commodities* que beneficiou as exportações dos países em desenvolvimento foi o que mais influenciou.

Vale reafirmar que é difícil avaliar o cumprimento das metas pela falta de estatísticas. Segundo UN 2013 A “Em 2012, 135 países tinham dados para, pelo menos, dois pontos no tempo para 16 a 22 indicadores” (UN 2013a: 58). Note-se que 189 países são filiados à ONU, 60 indicadores fazem parte dos ODM e, pelo menos, dois pontos no tempo é muito pouco para se estimar tendências. Além disso, há problemas de qualidade e comparabilidade das estatísticas existentes, vide o caso de acesso à água potável.

Em suma, pelas evidências apresentadas no relatório os oito ODM não foram, nem serão atingidos. Foi alcançada apenas uma das quatro metas do Objetivo 7 – assegurar a sustentabilidade ambiental – que é a relativa a favelas, com devidas ressalvas mencionadas no texto. As demais vinte metas dos ODM não foram atingidas.

5.5 - Os dados do relatório da ONU sobre os ODM estão corretos?

Segundo as informações do Banco Mundial (BM) há séries incompletas e dados incorretos. Para vários indicadores, o banco de dados dos ODM do Banco Mundial informa que não há estatísticas mundiais disponíveis, inclusive para alguns indicadores que, segundo UN (2013a), teriam obtido resultados favoráveis em termos do alcance das metas, tais como incidência de malária, percentagem e montante da população urbana que vive em favelas e imposto sobre importações de países em desenvolvimento, serviço da dívida/exportação³⁴. Portanto, esse é um ponto, no mínimo, controverso.

6 - A agenda de desenvolvimento pós-2015

Como a maioria das metas dos ODM tem como referência o ano de 2015, é natural que se discuta qual será a agenda de desenvolvimento da ONU para pós-2015. O documento final

³⁴ Vide http://databank.worldbank.org/data/Views/Reports/ReportWidgetCustom.aspx?Report_Name=MDG-Table&Id=c658ae98&inf=n acesso em 30/12/2013 e 25 de novembro de 2014.

da reunião RIO+20, no Rio de Janeiro, em 2012, menciona que devem ser estabelecidos metas e indicadores de desenvolvimento sustentável que sejam compatíveis com a agenda de desenvolvimento para além de 2015; e que não desviem o esforço para a realização dos ODM (UN 2012).

Em função dessa resolução foram criados vários fóruns de discussão nas Nações Unidas dos quais destacamos: Grupo de Trabalho Aberto (força tarefa composta por 60 agências da ONU liderada pelo PNUD); Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (contando com personalidades internacionais, objetivou elaborar relatório de apoio político a uma nova agenda de desenvolvimento); Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (integrada por especialistas da academia civil e do setor privado); Consultas nacionais em países selecionados (50 países foram escolhidos) e Consultas informais temáticas (sobre temas relativos ao desenvolvimento) sendo que o tema é também discutido fora da ONU.

O debate ainda está em curso, mas tudo indica que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS terão a mesma estrutura dos ODM (objetivo-meta-indicador), mas serão mais abrangentes incorporando parte dos ODM além de novas temáticas³⁵. Os ODS são ambiciosos; afinal, a proposta atual prevê 17 objetivos (Anexos 2 e 3) e 169 metas (Anexo 4). Dentre os dezessete objetivos propostos dezesseis são temáticos, estruturados nas três dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, social e econômica) e suas interconexões, e um objetivo de implementação (objetivo 17 que trata das parcerias globais e da necessidade de mobilização). Será uma nova tentativa com mais objetivos, metas e indicadores, portanto, com problemas muito maiores tanto metodológicos quanto empíricos, bem como de monitoramento.

Pelo menos agora, o processo, resultado de dois anos de ampla consulta e de delicados entendimentos multilaterais, está mais democrático com amplo espaço para discussão e participação de diferentes atores. Os ODS estão sendo elaborados sobre as bases estabelecidas pelos ODM, de maneira a completá-los e responder outros desafios. O problema é que a proposta, para atender a todas as demandas, acabou muito extensa e dispersa³⁶, o que pode resultar na necessidade de se produzir centenas de indicadores de acompanhamento, caso mantida a média dos ODM de três indicadores por meta. Em muitos casos, dada a característica do tema (ex.: corrupção), será difícil (ou impossível) a elaboração de indicadores.

Diferentemente dos ODM, voltados para a erradicação da pobreza em países em desenvolvimento, os ODS devem focar temas e objetivos aplicáveis tanto a países em

³⁵ Vide Higgins 2013 para um balanço da discussão sobre os ODS.

³⁶ Segundo Vandemoortele em entrevista a Jones (2013), o processo de elaboração dos ODS corre o risco de não chegar a um bom termo, pois agora “há cozinheiros demais na cozinha” e falta uma liderança firme. O autor esperava que a Agenda pós-2015 fosse “clara, concisa e simples”; mas avalia ser difícil isso ser alcançado devido, em parte, às tradicionais discordâncias entre tecnocratas e políticos.

desenvolvimento quanto a países desenvolvidos, de forma que a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade ambiental sejam buscadas em todas as atividades de desenvolvimento. No entanto, os ODS não devem desviar esforços ou recursos voltados para o cumprimento dos ODM.

Em seu artigo para o jornal Valor Econômico, Veiga (2014) ao avaliar o resultado do trabalho coordenado pelos representantes da Hungria e do Quênia na elaboração dos ODS, vislumbra algo de positivo. Sua avaliação é a de que a proposta amplia a noção de desenvolvimento sustentável ao deixar de lado a narrativa de que ele só teria três dimensões³⁷. No entanto, ressalta que é clara a inviabilidade da opção proposta pelo grupo de trabalho, pois o mais provável é que apenas sociedades da Escandinávia consigam operacionalizar e monitorar as 169 metas. Sugere um acordo sobre a maneira de compactar os ODS em algum tipo de “Kit” que seja conciso e fácil de comunicar, sem que por isso deixe ser ambicioso e aplicável por todos os países.

Em 4 de dezembro de 2014, o Secretário-Geral da ONU apresentou uma versão, ainda preliminar, do relatório síntese sobre a Agenda pós-2015 “The Road to Dignity by 2030: Ending Poverty, Transforming All Lives and Protecting the Planet” (Synthesis Report of the Secretary-General On the Post-2015 Agenda)” (UN 2014b). O relatório final deverá ter como título “O Caminho para a Dignidade até 2030: Acabando com a Pobreza, Transformando Todas as Vidas e Protegendo o Planeta” que orientará as negociações para uma nova agenda global centrada nas pessoas e para a preservação do planeta, e tendo como base os direitos humanos. Nele, o “Grupo de trabalho aberto”, propõe integrar em seis “elementos essenciais” os dezessete objetivos propostos nos ODS (Quadro 1).

O relatório faz ainda uma série de recomendações, incluindo a necessidade de se comprometer com uma abordagem universal, integrar a sustentabilidade em todas as atividades, combater as desigualdades, garantir as ações que promovam o respeito aos direitos humanos, abordar as causas de mudanças climáticas e suas consequências, basear a análise em dados críveis, envolver a maior parcela possível de pessoas e a necessidade de se renovar o compromisso com a solidariedade internacional.

³⁷ No tripé do conceito de desenvolvimento sustentável estão contidas narrativas de que este teria apenas três dimensões: aspectos sociais, econômicos e ambientais que devem interagir de forma holística. Esta visão reducionista não incorpora outros pilares, como as questões cultural e tecnológica.

Quadro 1: Elementos essenciais para enquadrar e reforçar o desenvolvimento sustentável

Elementos essenciais	Objetivos	Parágrafo em destaque no Relatório
A dignidade	Acabar com a pobreza e combater as desigualdades	§67: Erradicar a pobreza até 2030, com especial atenção aos direitos das mulheres, dos jovens e das minorias.
As pessoas	Garantir uma vida saudável, o conhecimento e a inclusão de mulheres e crianças	§69: Tolerância zero para qualquer violência; pleno direito à educação; acesso igualitário a recursos financeiros e fundiários.
A prosperidade	Fomentar uma economia forte, inclusiva e transformadora	§72: Para fazer crescer economias inclusivas e sustentáveis, será vital transformar os modelos de negócios e criar valores compartilhados.
Nosso planeta	Proteger nossos ecossistemas para todas as sociedades e as futuras gerações	§75: Abordar com equilíbrio as mudanças climáticas, a desertificação e os usos predatórios do solo, de modo a interromper a perda da biodiversidade.
A justiça	Promover sociedades seguras e pacíficas, e instituições fortes	§77: As instituições públicas precisam ser, em todos os níveis, confiáveis, inclusivas e participativas.
As parcerias	Catalisar a solidariedade global para o desenvolvimento sustentável	§80: Revitalizar as parcerias globais inclusivas em todos os níveis tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaboração própria a partir de Veiga 2014.

6.1) O que muda com a passagem de ODM para ODS

Há mais objetivos, metas e, portanto, indicadores o que torna mais difícil sua gestão e gera uma enorme demanda por estatísticas para o monitoramento que, com certeza, ficará longe de ser atendida pela maior parte dos países. Os ODS propostos são excessivamente ambiciosos. Parecem querer agradar a todos e, com isso, perdem o foco que os ODM tinham na temática de pobreza, e também o realismo e o pragmatismo.

7) Os ODS propostos

7.1) Objetivos

Em relação aos nove objetivos dos ODM foram introduzidos novos temas nos ODS: energia (Objetivo 7); crescimento econômico (Objetivo 8); industrialização e inovação (Objetivo 9); e paz, justiça e instituições (Objetivo 16). Houve também um rearranjo de objetivos em relação aos ODM. Os ODS 1, 2 e 10, grosso modo, correspondem ao ODM 1 (acabar com a fome). O ODS 4 (educação) corresponde ao ODM 2 enquanto o ODS 5 (igualdade de gênero)

ao ODM 3. O ODS 3 (saúde e bem-estar) corresponde aos ODM 4, 5 e 6. Ao tema ambiental foram reservados os ODS 6, 11, 12, 13, 14 e 15 e correspondem ao ODM 7. O ODS 17 (parcerias globais) corresponde ao ODM 8 e amplia a finalidade ao tratar de financiamento e meios de implementação. Houve, portanto, uma perda de espaço do tema saúde e principalmente um grande ganho da temática ambiental.

Cabe destacar que, com relação aos novos objetivos, há uma ênfase no crescimento econômico e na industrialização. Um bom exemplo é a meta 8.1 “Sustentar o crescimento econômico *per capita*, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do PIB nos países menos desenvolvidos”. Esta meta é uma das poucas em que uma taxa de variação é explicitada. Em outras seis – em três das dez metas de educação, por exemplo – a variação é apresentada ainda sem valor, como “X%”. Por que tanto consenso em relação aos 7%?

7.2) Metas

Uma meta bem formulada necessita de quatro elementos: prazo para ser cumprida; clareza de objetivos que devem ser alcançados, ser factível e ter bons indicadores de monitoramento. Com relação a prazo de cumprimento³⁸ menos da metade (46,7%) das 169 metas as possuem, variando entre 2020, 2025 e 2030, não havendo explicações para essas diferenças. O mais preocupante, no entanto, é a distribuição muito desigual por objetivo. Em sete ODS (5, 8, 9, 10, 13, 16 e 17) mais da metade das metas não tem data. No caso do ODS 5 (igualdade de gênero) não há data em nenhuma das metas. Qual será o motivo? Problemas com os países adeptos da religião islâmica?

7.3) Indicadores

Para o monitoramento a ONU propôs 304 indicadores (média de 1,8 por meta) e a enviou para os países-membros³⁹, tendo retorno de 70 países⁴⁰. Os países foram orientados a avaliar (atribuindo notas de A até C) os indicadores com base em três critérios: viabilidade, adequação e relevância. Por esse critério, o indicador com conceito AAA, seria muito viável, adequado e relevante. Para obter o conceito AAA, o indicador deveria ter esta nota de pelo

³⁸ Considerou-se que toda meta que menciona “medidas urgentes” tem implicitamente um prazo, no mínimo, até 2030.

³⁹ <https://www.unnngls.org/index.php/80-home/2709-by-26-april-provide-feedback-on-proposed-indicators-for-the-post-2015-agenda-2>

⁴⁰ A rigor foram mais de 70 países, pois um dos questionários foi respondido pelo Secretariado da ONU para a Comunidade do Pacífico sendo, portanto, uma resposta coletiva de 12 países (Ilhas Fiji, Papua Nova Guiné, Tonga, Tuvalu etc.).

menos 60% dos respondentes. No caso de CCC, se exigia pelo menos 40%⁴¹.

Apenas 16,4% (50 indicadores) dos indicadores obtiveram a classificação máxima (AAA). Só foram considerados viáveis 17,1% deles. Já 32,6% dos indicadores foram avaliados como inviáveis; os restantes, viáveis só com muito esforço.

Considerando-se apenas a classificação mais importante – viabilidade, foram considerados como viáveis (sem grande esforço) 51 indicadores (16,8% do total). Destes, apenas o ODS 3 (saúde e bem-estar) tem mais da metade de seus indicadores (59,1%) considerados viáveis. Os ODS 8 (crescimento e emprego) 36,3%, 1 e 7 (pobreza e energia, respectivamente) ambos 30,0% e o ODS 4 (educação) 26,7%. Na faixa de 20% a 10% situam-se os ODS 5, 6, 10 e 17; abaixo desta faixa estão os ODS 9, 14, 15 e 16. Nos ODS 2 (fome e segurança alimentar), 11 (assentamentos humanos), 12 (produção e consumo sustentáveis) e 13 (mudanças climáticas) não há nenhum indicador considerado viável.

É possível o monitoramento de 304 indicadores? Com certeza não. A boa notícia é que destes, 253 são inviáveis ou viáveis só com muito esforço. Portanto, sobram “apenas” 51 indicadores que, ainda assim, é um número grande. O problema é que estes 51 indicadores estão mal distribuídos entre os ODS, só tendo importância significativa no ODS 3 (saúde e bem-estar). Vários ODS não tem nenhum indicador considerado viável sem muito esforço.

8 - Considerações finais

Há um consenso de que os ODM foram um sucesso do ponto de vista político, em especial para a ONU que alcançou uma projeção na área social nunca antes obtido, principalmente em relação a redução da extrema pobreza e a fome. Entretanto, transcorridos praticamente quinze anos do início de seu acompanhamento, uma análise do processo e dos resultados mostra que seu sucesso deve ser relativizado tendo em vista que ocorreu mais intensamente no campo do marketing político. O balanço global mostra que a proposta de se alcançar um conjunto de metas de desenvolvimento humano, até 2015, na prática fracassou.

São vários os motivos do fracasso, onde destacamos: o caráter centralizador de sua elaboração, que gerou resistências; foco excessivo em metas internacionais que, implicitamente, também seriam metas nacionais, mas que não levaram em consideração as desigualdades entre as nações; número exagerado de indicadores de acompanhamento; metas demasiadamente ambiciosas e, até certo ponto, inatingíveis que demandavam estatísticas

⁴¹ O texto da ONU (UN 2015) dá poucas informações sobre como foi feita a consolidação de respostas. Ressalta-se que foram os institutos oficiais de estatística dos países que responderam ao questionário e estes, via de regra (o IBGE é uma exceção), não possuem uma área de geociências, o que pode ter influenciado na avaliação dos indicadores da área ambiental.

inexistentes em muitos países; metas de difícil monitoramento; metas e indicadores não adequados aos ODM e não articulados entre si; problemas metodológicos na formulação de metas e indicadores; priorização de metas quantitativas em detrimento das qualitativas etc. Além disso, não foi encontrado nenhum documento da ONU que justificasse e fundamentasse a escolha dos objetivos, metas e indicadores dos ODM. Temas como paz, segurança e desarmamento, direitos humanos, democracia e governança não foram contemplados. Faltou também uma meta para produção agrícola familiar dada a sua importância para a sustentabilidade ambiental, e no combate à pobreza e a fome.

Segundo o relatório da rede de organizações Social Watch⁴², “pouquíssimos países conseguiram completar todas as metas do milênio, sendo que a oitava meta nunca foi enfrentada, porque discutia um outro modelo de desenvolvimento, que ainda persiste sob o nome de Economia Verde”.

Por fim, há de se ressaltar ainda que houve priorização de uma agenda com abordagem excessivamente focada em resultados, sem que fossem levadas em conta estratégias de como se obter os meios para se chegar aos resultados propostos. Observou-se também que, de acordo com o Banco Mundial, muitos dados não podem ser creditados como corretos, dada a inexistência de estatísticas disponíveis.

Não obstante a nossa avaliação sobre os ODM aqui desenvolvida, há de se registrar outras⁴³ que enxergam que o resultado final foi positivo. Mesmo que concordem sobre a avaliação de seu fracasso com relação ao atingimento das metas preconizadas pela ONU, veem importantes avanços. Para estes, o arcabouço dos ODM ajudou a um maior e crescente uso da estatística para tomada de decisão, em especial entre os países mais pobres, busca de maior capacidade estatística, maior coordenação entre países e instituições internacionais e entre órgãos dentro dos países. Além disso, ressaltam o aumento da disponibilidade de dados com o passar do tempo, e que mais e melhores indicadores foram se tornando disponíveis. Por exemplo, colocou-se foco em estatísticas de mortes maternas (que não estavam sendo medidas), assim como morbidade/mortalidade por HIV/AIDS etc.

Mesmo que a maioria das metas não seja alcançada, não há como negar que os ODM mobilizaram recursos e países sendo responsável por avanços, não desprezíveis, na luta contra a pobreza e a desigualdade no mundo.

⁴² Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/setembro/organizacoes-divulgam-relatorios-sobre-objetivos-do-milenio>, acesso em 18 de dezembro de 2014.

⁴³ Entre aqueles que compartilham de uma visão otimista sobre o legado deixado pelos ODM, registramos a de Leonardo Q. Athias que gentilmente teceu comentários sobre este texto.

A proposta atual (ainda em discussão) para os quinze anos pós-2015 é que os países invistam nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas que este esforço não seja concorrente com a realização dos ODM. Ocorre que o documento síntese sobre os ODS, divulgado pela ONU em fins de 2014, propõe o dobro de objetivos contidos nos ODM e oito vezes mais o número de metas, o que pode resultar em centenas de indicadores de acompanhamento. Apenas a título de exemplo, o Objetivo 17 conta com dezessete metas divididas em sete áreas o que tem levado alguns países e organizações envolvidos no processo de formulação dos ODS, a pressionarem pela sua retirada. Vale lembrar que a declaração final da Rio+20 apregoa que “os ODS devem ter as ações orientadas, serem concisos e de fácil comunicação, e que devem ser em número limitado, de natureza global e universalmente aplicáveis em todos os países”.

Os ODS não estariam em pauta se os ODM fossem considerados uma experiência mal sucedida. A questão vai além de uma mera substituição de propósitos, pois se pretende ampliar o escopo dos objetivos incorporando novos temas (ex: justiça) e ampliando a abrangência dos já existentes (ex: meio ambiente). Será uma nova tentativa com mais objetivos, metas e indicadores o que vai requerer dos órgãos de estatísticas investimento em produção de informações e indicadores que ainda não fazem parte de seu cotidiano. Não há dúvida que se avançou muito, mas será que as metas propostas nos ODS são realistas e existem indicadores de monitoramento viáveis? A discussão ainda está em curso⁴⁴ e só na assembleia da ONU, no primeiro semestre de 2016, é que tudo será sacramentado.

⁴⁴ No Brasil a discussão dos indicadores para os ODS é liderada pelo IBGE, que entre os dias 29 de junho e 1 de julho promoveu, no Rio de Janeiro, com grande sucesso, o “Encontro de Produtores de Informação visando à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015”.

Referências Bibliográficas

Attaran, A. (2005) An immeasurable crisis? A criticism of the Millennium Development Goals and why they cannot be measured *Plos Medicine* October 2005 vol 2 issue 10 disponível em: <http://www.plosmedicine.org/article/fetchObject.action?uri=info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pmed.0020318&representation=PDF> acesso em 27 de dezembro de 2013.

Carvalho, P.G.M. e Barcellos, F.C (2014). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM: uma avaliação crítica. In: Revista Sustentabilidade em Debate. Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set/dez, disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/11176/8976> acesso em 4 de abril de 2015.

Clemens, M., Kenny, C. e Moss, T. (2007) The Trouble with the MDGs: Confronting Expectations of Aid and Development Success - *World Development* vol 35 number 5 pp.735-751 disponível em: http://faculty.ucr.edu/~jorgea/econ181/clemens_etal_wd07.pdf acesso em 28 de dezembro de 2013.

Easterly, W. (2009) The Tragedy of the Millennium Development Goals AidWatch July 6, 2009 disponível em: <http://aidwatchers.com/2009/07/the-tragedy-of-the-millennium-development-goals/> acesso em 28 de dezembro de 2013.

European Commission (2006) Indicative Guidelines on Evaluation Methods: Monitoring and Evaluation indicators Working Document n° 2 August 2006 disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2007/working/wd2indic_082006_en.pdf acesso em 24 de dezembro de 2013.

Eurostat (2010) Analysis of the Core MDG Indicators: Methodology and Quality Issues (study carried out from April to June 2010) disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/46346/48072/analysis-of-10-core-MDG-indicators-methodology.pdf/15109394-7189-486b-8c69-7e023b410baf> acesso em 13 de janeiro de 2015.

Fakuda-Parr, S. e Greenstein, J. (2010) How should MDG implementation be measured: Faster Progress or Meeting Targets? Working Paper number 63 May, 2010 International Policy Center for Inclusive Growth disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper63.pdf> acesso em 27 de dezembro de 2013.

Fakuda-Parr, S. (2012) Should global goal setting continue, and how, in the post-2015 era? disponível em: http://www.un.org/esa/desa/papers/2012/wp117_2012.pdf acesso em 28 de dezembro de 2013.

Fehling, M., Nelson, B., Venkatapuram, S. (2013) Limitations of the Millennium development Goals: a literature review Global Public Health vol. 8, No. 10, disponível em http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3877943/pdf/rgph8_1109.pdf acesso em 13 de janeiro de 2015

Feres, J.C. e Villatoro P. (2013). A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – N.15, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 88p.

Gass, T. (2013) How useful are the Millennium Development Goals? School of Management and Law disponível em: http://www.lighttheway.org/files/2013/04/MDG_Opinions_JulianeKaestner_March2013.pdf acesso em 28 de dezembro de 2013.

Higgins, K. (2013) Reflecting on the MDGs and Making Sense of the Post-2015 Development Agenda Research Report The North-South Institute May 2013 disponível em: <http://www.nsi-ins.ca/wp-content/uploads/2013/05/2013-Post-2015.pdf> acesso em 26 de dezembro de 2013.

Hulme, D. (2007) The Making of the Millennium Development Goals: Human Development Meets Results-based Management in an Imperfect World, BWPI Working Paper 16 December 2007 Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/773bwpi-wp-1607.pdf> acesso em 20 de dezembro de 2013.

Hulme, D. (2009) The Millennium Development Goals (MDGs): A Short History of the World's Biggest Promise BWPI Working Paper 100 September 2009 Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK disponível em: http://www.seed.manchester.ac.uk/medialibrary/bwpi/publications/working_papers/bwpi-wp-10009.pdf acesso em 20 de dezembro de 2013.

Hulme, D. e Scott, J. (2010) The Political economy of the MDGs: Retrospect and Prospect for the World's Biggest Promise, BWPI Working Paper 110 January 2010 Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK disponível em: <http://www.bwpi.manchester.ac.uk/resources/Working-Papers/bwpi-wp-11010.pdf> acesso em 8 de novembro de 2013.

Hulme (2013) Poverty and Development thinking: synthesis or uneasy compromise? BWPI Working Paper 180 January 2013 Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK disponível em:

http://www.seed.manchester.ac.uk/medialibrary/bwpi/publications/working_papers/bwpi-wp-18013.pdf acesso em 20 de dezembro 2013.

ILO (2014) Towards a post-2015 target on full employment – Policy Brief disponível em <https://www.worldwewant2015.org/file/444541/download/484014> acesso em 5 de março de 2015

IMF, OECD, UN, WB (2000) A Better World for All disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/jointpub/world/2000/eng/bwae.pdf> acesso em 27 de dezembro de 2013.

IPEA (2014) *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatório de Acompanhamento*. Disponível em <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/relat%C3%B3rio-ODM.pdf>> Acesso em 02/07/2014.

Jones, R. (2013) 'Too many cooks in the kitchen,' warns MDG co-architect – entrevista de Vandemoortele, J, Devex disponível em <https://www.devex.com/news/too-many-cooks-in-the-kitchen-warns-mdg-co-architect> acesso em 14 de janeiro de 2015.

Karver, J., Kenny, C. e Sumner, A. (2011) Poor Countries or Poor People? Development assistance and the New Geography of Global poverty disponível em: <http://kanbur.dyson.cornell.edu/papers/KanburSumnerPoorCountriesOrPoorPeople.pdf> acesso em 28 de dezembro de 2013.

Karver, J., Kenny, C. e Sumner, A. (2012) MDGs 2.0: What Goals, Targets, and Timeframe? disponível em: http://www.cgdev.org/files/1426271_file_Kenny_Karver_MDGs_FINAL.pdf acesso em 26 de dezembro de 2013.

Kenny, C. e Sumner, A. (2011) More Money or More Development: What have the MDGs Achieved? Working Paper 278 December 2011 Center for Global Development disponível em: http://www.cgdev.org/files/1425806_file_Kenny_Sumner_MDGs_FINAL.pdf acesso em 28 de dezembro de 2013.

Lancet and London International Development Centre Commission (2010) The Millennium Development Goals: a cross- sectoral analysis and principles for goal setting after 2015 disponível em: <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/S0140673610611968.pdf> acesso em 27 de dezembro de 2013.

McArthur, J., Sachs, J. e Schmidt-Traub, G. (2005) Response to Amir Attaran *Plos Medicine* November 2005 Vol 2 Issue 1 disponível em: <http://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/about/director/documents/PLOSMedicineNov292005withMcArthurandSchmidtTraub-ResponsetoAttaran.pdf> acesso em 27 de dezembro de 2013.

OECD (1996) Shaping the 21th Century: The Contribution of Development Co-operation Development Assistance Committee -DAC- May 1996 disponível em: <http://www.oecd.org/dac/2508761.pdf> acesso em 20 de dezembro de 2013.

Osborne, D. (1993) Reinventing Government – *Public Productivity & Management review*, vol. 16, No 4, Fiscal Pressures and productive Solutions: Proceedings of the Fifth National Public Sector Productivity Conference (Summer, 1993), pp. 349-356 disponível em: <http://sangyubr.files.wordpress.com/2012/02/reinventing-government.pdf> acesso em 23 de dezembro de 2013.

Polin, R. (2008) Is full employment possible under globalization? Working paper number 1441 Political Economy Research Institute – University of Massachusetts Amherst disponível em http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/working_papers/working_papers_101-150/WP141.pdf acesso em 9 de março de 2015.

Ravillion, M., Chen, S. e Sangraula, P. (2008) Dollar a day Revisited – Policy Research Working Paper 4620 The World Bank May 2008 disponível em: http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/09/02/000158349_20080902095754/Rendered/PDF/wps4620.pdf acesso em 24 de dezembro de 2013.

Saith, A. (2006) From Universal Values to Millennium Development Goals: Lost in Translation, *Development and Change* 37(6): 1167-1199 Institute of Development Studies published by Blackwell publishing USA disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7660.2006.00518.x/pdf> acesso em 27 de dezembro de 2013.

Tabatabai, H. (2007) MDG Targets: Misunderstood or Misconceived? International Poverty Center One Page Number 33 April, 2007 disponível em: <http://www.gm.undp.org/Reports/MDG%20Targets%20misunderstood%20or%20misconceived.pdf> acesso em 28 de dezembro de 2013.

UN (2000) United Nations Millennium Declaration Resolution adopted by the General Assembly 55/2 disponível em: <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf> acesso em 26 de dezembro de 2013.

UN (2001) Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration - Report of the Secretary-General, fifty-sixth session disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/sgreport2001.pdf?OpenElement> acesso em 20 de dezembro de 2013.

UN Development Group (2003) Indicators for Monitoring the Millennium Development Goals- Definitions, Rationale, Concepts and Sources disponível em: http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/Seriesf_95E.pdf acesso em 24 de dezembro de 2013.

UN (2005) Resolution adopted by the General Assembly 60/1 2005 World Summit Outcome General Assembly 24 October 2005 sixtieth session disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf> acesso em 26 de dezembro de 20013.

UN (2012) The Future We Want disponível em: <http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf> acesso em 20 de dezembro de 2013.

UN System Task Team (2012) UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda – Review of the contributions of the MDG Agenda to foster development: Lessons for the post-2015 UN development agenda – Discussion Note disponível em: http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg_assessment_Aug.pdf acesso em 24 de dezembro de 2013.

UN (2013a) The Millennium Development Goals Report 2013 disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf> acesso em 20 de dezembro de 2013.

UN (2013b) Lessons Learned from MDG Monitoring From a Statistical Perspective – Report of the Task Team on Lessons Learned from MDG Monitoring of the IAEG-MDG disponível em: [http://unstats.un.org/unsd/broaderprogress/pdf/Lesson%20Learned%20from%20MDG%20Monitoring_2013-03-22%20\(IAEG\).pdf](http://unstats.un.org/unsd/broaderprogress/pdf/Lesson%20Learned%20from%20MDG%20Monitoring_2013-03-22%20(IAEG).pdf) acesso em 9 de dezembro de 2014

UN (2013c) A life of dignity for all: accelerating progress towards the Millennium Development Goals and advancing the United Nations development agenda beyond 2015 Report of Secretary-General 26 July 2013 disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/A%20Life%20of%20Dignity%20for%20All.pdf> acesso em 29 de dezembro de 2013.

UN (2014a) The Millennium Development Goals Report 2014 disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf> acesso em 23 de novembro de 2014.

UN (2014b) The Road to Dignity by 2030: Ending Poverty, Transforming All Lives and Protecting the Planet" (Synthesis Report of the Secretary-General On the Post-2015 Agenda) disponível em:

http://www.un.org/disabilities/documents/reports/SG_Synthesis_Report_Road_to_Dignity_by_2030.pdf acesso em 2 de janeiro de 2015.

Vandemoortele, J. (2009) The MDG Conundrum: Meeting the Targets without Missing the point Development Policy Review, 2009, 27 (4): 355-371 disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7679.2009.00451.x/pdf> acesso em 28 de dezembro de 2013.

Vandemoortele, J. (2012) Advancing the UN development agenda post-2015: some practical suggestions Report submitted to the UN Task Force regarding the post-2015 framework for development disponível em: http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/jan_vandemoortele_Aug.pdf acesso em 28 de dezembro de 2013.

VEIGA, José Eli da (2013); CEBRI. Indicadores Socioambientais disponível em: http://cebri.org/midia/documentos/pubkas13_1.pdf acesso em 27 de dezembro de 2013.

VEIGA, José Eli da (2014) Duas cúpulas pela dignidade. Valor Econômico, 30 de setembro de 2014. Opinião. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/3839610/duas-cupulas-pela-dignidade> acesso em 1 de outubro de 2014.

WHO (2006) Contraceptive prevalence rate World Health Organization disponível em: <http://www.who.int/whosis/whostat2006ContraceptivePrevalenceRate.pdf> acesso em 27 de dezembro de 2013.

Anexo 1

Official list of MDG indicators

All indicators should be disaggregated by sex and urban/rural as far as possible.

Effective 15 January 2008

Millennium Development Goals (MDGs)	
Goals and Targets (from the Millennium Declaration)	Indicators for monitoring progress
Goal 1: Eradicate extreme poverty and hunger	
Target 1.A: Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people whose income is less than one dollar a day	1.1 Proportion of population below \$1 (PPP) per day ^a 1.2 Poverty gap ratio 1.3 Share of poorest quintile in national consumption
Target 1.B: Achieve full and productive employment and decent work for all, including women and young people	1.4 Growth rate of GDP per person employed 1.5 Employment-to-population ratio 1.6 Proportion of employed people living below \$1 (PPP) per day 1.7 Proportion of own-account and contributing family workers in total employment
Target 1.C: Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people who suffer from hunger	1.8 Prevalence of underweight children under-five years of age 1.9 Proportion of population below minimum level of dietary energy consumption
Goal 2: Achieve universal primary education	
Target 2.A: Ensure that, by 2015, children everywhere, boys and girls alike, will be able to complete a full course of primary schooling	2.1 Net enrolment ratio in primary education 2.2 Proportion of pupils starting grade 1 who reach last grade of primary 2.3 Literacy rate of 15-24 year-olds, women and men
Goal 3: Promote gender equality and empower women	
Target 3.A: Eliminate gender disparity in primary and secondary education, preferably by 2005, and in all levels of education no later than 2015	3.1 Ratios of girls to boys in primary, secondary and tertiary education 3.2 Share of women in wage employment in the non-agricultural sector 3.3 Proportion of seats held by women in national parliament
Goal 4: Reduce child mortality	
Target 4.A: Reduce by two-thirds, between 1990 and 2015, the under-five mortality rate	4.1 Under-five mortality rate 4.2 Infant mortality rate 4.3 Proportion of 1 year-old children immunised against measles
Goal 5: Improve maternal health	
Target 5.A: Reduce by three quarters, between 1990 and 2015, the maternal mortality ratio	5.1 Maternal mortality ratio 5.2 Proportion of births attended by skilled health personnel
Target 5.B: Achieve, by 2015, universal access to reproductive health	5.3 Contraceptive prevalence rate 5.4 Adolescent birth rate 5.5 Antenatal care coverage (at least one visit and at least four visits) 5.6 Unmet need for family planning
Goal 6: Combat HIV/AIDS, malaria and other diseases	
Target 6.A: Have halted by 2015 and begun to reverse the spread of HIV/AIDS	6.1 HIV prevalence among population aged 15-24 years 6.2 Condom use at last high-risk sex 6.3 Proportion of population aged 15-24 years with comprehensive correct knowledge of HIV/AIDS 6.4 Ratio of school attendance of orphans to school attendance of non-orphans aged 10-14 years
Target 6.B: Achieve, by 2010, universal access to treatment for HIV/AIDS for all those who need it	6.5 Proportion of population with advanced HIV infection with access to antiretroviral drugs
Target 6.C: Have halted by 2015 and begun to reverse the incidence of malaria and other major diseases	6.6 Incidence and death rates associated with malaria 6.7 Proportion of children under 5 sleeping under insecticide-treated bednets 6.8 Proportion of children under 5 with fever who are treated with appropriate anti-malarial drugs 6.9 Incidence, prevalence and death rates associated with tuberculosis 6.10 Proportion of tuberculosis cases detected and cured under directly observed treatment short course

Goal 7: Ensure environmental sustainability	
Target 7.A: Integrate the principles of sustainable development into country policies and programmes and reverse the loss of environmental resources	7.1 Proportion of land area covered by forest 7.2 CO2 emissions, total, per capita and per \$1 GDP (PPP) 7.3 Consumption of ozone-depleting substances 7.4 Proportion of fish stocks within safe biological limits
Target 7.B: Reduce biodiversity loss, achieving, by 2010, a significant reduction in the rate of loss	7.5 Proportion of total water resources used 7.6 Proportion of terrestrial and marine areas protected 7.7 Proportion of species threatened with extinction
Target 7.C: Halve, by 2015, the proportion of people without sustainable access to safe drinking water and basic sanitation	7.8 Proportion of population using an improved drinking water source 7.9 Proportion of population using an improved sanitation facility
Target 7.D: By 2020, to have achieved a significant improvement in the lives of at least 100 million slum dwellers	7.10 Proportion of urban population living in slums ^b
Goal 8: Develop a global partnership for development	
Target 8.A: Develop further an open, rule-based, predictable, non-discriminatory trading and financial system	<i>Some of the indicators listed below are monitored separately for the least developed countries (LDCs), Africa, landlocked developing countries and small island developing States.</i>
Includes a commitment to good governance, development and poverty reduction – both nationally and internationally	<u>Official development assistance (ODA)</u>
Target 8.B: Address the special needs of the least developed countries	8.1 Net ODA, total and to the least developed countries, as percentage of OECD/DAC donors' gross national income 8.2 Proportion of total bilateral, sector-allocable ODA of OECD/DAC donors to basic social services (basic education, primary health care, nutrition, safe water and sanitation) 8.3 Proportion of bilateral official development assistance of OECD/DAC donors that is untied 8.4 ODA received in landlocked developing countries as a proportion of their gross national incomes 8.5 ODA received in small island developing States as a proportion of their gross national incomes
Includes: tariff and quota free access for the least developed countries' exports; enhanced programme of debt relief for heavily indebted poor countries (HIPC) and cancellation of official bilateral debt; and more generous ODA for countries committed to poverty reduction	<u>Market access</u>
Target 8.C: Address the special needs of landlocked developing countries and small island developing States (through the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States and the outcome of the twenty-second special session of the General Assembly)	8.6 Proportion of total developed country imports (by value and excluding arms) from developing countries and least developed countries, admitted free of duty 8.7 Average tariffs imposed by developed countries on agricultural products and textiles and clothing from developing countries 8.8 Agricultural support estimate for OECD countries as a percentage of their gross domestic product 8.9 Proportion of ODA provided to help build trade capacity
Target 8.D: Deal comprehensively with the debt problems of developing countries through national and international measures in order to make debt sustainable in the long term	<u>Debt sustainability</u> 8.10 Total number of countries that have reached their HIPC decision points and number that have reached their HIPC completion points (cumulative) 8.11 Debt relief committed under HIPC and MDRI Initiatives 8.12 Debt service as a percentage of exports of goods and services
Target 8.E: In cooperation with pharmaceutical companies, provide access to affordable essential drugs in developing countries	8.13 Proportion of population with access to affordable essential drugs on a sustainable basis
Target 8.F: In cooperation with the private sector, make available the benefits of new technologies, especially information and communications	8.14 Fixed telephone lines per 100 inhabitants 8.15 Mobile cellular subscriptions per 100 inhabitants 8.16 Internet users per 100 inhabitants

The Millennium Development Goals and targets come from the Millennium Declaration, signed by 189 countries, including 147 heads of State and Government, in September 2000 (<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>) and from further agreement by member states at the 2005 World Summit (Resolution adopted by the General Assembly - A/RES/60/1, <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m-A/RES/60/1>). The goals and targets are interrelated and should be seen as a whole. They represent a partnership between the developed countries and the developing countries "to create an environment – at the national and global levels alike – which is conducive to development and the elimination of poverty".

^a For monitoring country poverty trends, indicators based on national poverty lines should be used, where available.

^b The actual proportion of people living in slums is measured by a proxy, represented by the urban population living in households with at least one of the four characteristics: (a) lack of access to improved water supply; (b) lack of access to improved sanitation; (c) overcrowding (3 or more persons per room); and (d) dwellings made of non-durable material.

Fonte: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Attach/Indicators/OfficialList2008.pdf>

Anexo 2

List of Proposed Sustainable Development Goals to be attained by 2030

1. End poverty everywhere
2. End hunger, improve nutrition and promote sustainable agriculture
3. Attain healthy lives for all
4. Provide quality education and life-long learning opportunities for all
5. Attain gender equality, empower women and girls everywhere
6. Ensure availability and sustainable use of water and sanitation for all
7. Ensure sustainable energy for all
8. Promote sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work for all
9. Promote sustainable infrastructure and industrialization and foster innovation
10. Reduce inequality within and between countries
11. Make cities and human settlements inclusive, safe and sustainable
12. Promote sustainable consumption and production patterns
13. Tackle climate change and its impacts
14. Conserve and promote sustainable use of oceans, seas and marine resources
15. Protect and promote sustainable use of terrestrial ecosystems, halt desertification, land degradation and biodiversity loss
16. Achieve peaceful and inclusive societies, access to justice for all, and effective and capable institutions
17. Strengthen the means of implementation and the global partnership for sustainable development

Anexo 3

Lista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - propostos para serem alcançados até 2030⁴⁵

- ODS 1:** Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares;
- ODS 2:** Erradicar a fome, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- ODS 3:** Assegurar vida saudável e promover o bem-estar para todos;
- ODS 4:** Proporcionar educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- ODS 5:** Alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas em todos os lugares;
- ODS 6:** Assegurar a disponibilidade e o uso sustentável da água e saneamento para todos;
- ODS 7:** Assegurar o acesso sustentável à energia para todos;
- ODS 8:** Promover crescimento econômico sustentável e inclusivo, o emprego pleno e produtivo, e trabalho digno para todos;
- ODS 9:** Promover a industrialização, construir infra-estrutura sustentável e fomentar a inovação;
- ODS 10:** Reduzir as desigualdades internas e entre países;
- ODS 11:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis;
- ODS 12:** Promover padrões de produção e consumo sustentáveis;
- ODS 13:** Combater as mudanças climáticas e seus impactos*;
- ODS 14:** Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos;
- ODS 15:** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, frear a desertificação, a degradação dos solos e a perda de biodiversidade;
- ODS 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes e capazes;
- ODS 17:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

* Reconhecendo que a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima é o fórum internacional, intergovernamental para negociar a resposta global à mudança climática.

⁴⁵ Tradução nossa. Os ODS aqui apresentados não correspondem à tradução oficial para o português pois até o momento estão disponíveis apenas em inglês.

Anexo 4

ODS: Objetivos e Metas propostas⁴⁶

ODS 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 - até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia;

1.2 - até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;

1.3 - implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;

1.4 - até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;

1.5 - até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

1.a - garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos (LDCs), implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;

1.b - criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 - até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;

2.2 - até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir até 2025 as metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;

2.3 - até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola;

2.4 - até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

2.5 - até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente;

2.a - aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos;

2.b - corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;

2.c - adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

ODS 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bemestar para todos, em todas as idades

3.1 - até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos;

⁴⁶ Esta é uma transcrição da tradução do documento original "Introduction to the Proposal of The Open Working Group for Sustainable Development Goals" efetuada pelo Centro RIO+; está disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-port.pdf

- 3.2 - até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos;
- 3.3 até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;
- 3.4 - até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;
- 3.5 - reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;
- 3.6 - até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;
- 3.7 - até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;
- 3.8 - atingir a cobertura universal de saúde (UHC), incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;
- 3.9 - até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.
- 3.a - fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado;
- 3.b - apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos;
- 3.c - aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e conservação do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e SIDS;
- 3.d - reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

- 4.1 - até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;
- 4.2 - até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré- escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;
- 4.3 - até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;
- 4.4 - até 2030, aumentar em x% o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;
- 4.5 - até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;
- 4.6 - até 2030, garantir que todos os jovens e pelo menos x% dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;
- 4.7 - até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
- 4.a - construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, incluídos e eficazes para todos;
- 4.b - até 2020 ampliar em x% globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular, os países menos desenvolvidos, SIDS e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação (TIC), técnicos, de engenharia e científicos programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento;
- 4.c - até 2030, aumentar em x% o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e SIDS.

ODS 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

- 5.1 - acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;
- 5.2 - eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

5.3 - eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;

5.4 - reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;

5.5 - garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

5.6 - assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da CIPD e da Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

5.a - empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

5.b - aumentar o uso de tecnologias de base, em particular das TIC, para promover o empoderamento das mulheres;

5.c - adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação exequível para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.

ODS 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

6.1 - até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos;

6.2 - até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;

6.3 - até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando a reciclagem e reutilização segura em x% globalmente;

6.4 - até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;

6.5 - até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;

6.6 - até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

6.a - até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso;

6.b - apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

ODS 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos

7.1 - até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;

7.2 - aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global, até 2030;

7.3 - dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética até 2030;

7.a - até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa;

7.b - até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos e SIDS.

ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

8.1 - sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do PIB nos países menos desenvolvidos;

8.2 - atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra;

8.3 - promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;

8.4 - melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o "Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis", com os países desenvolvidos assumindo a liderança;

8.5 - até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os

jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;

8.6 até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;

8.7 - tomar medidas imediatas e eficazes para assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, erradicar o trabalho forçado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado;

8.8 - proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário;

8.9 - até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;

8.10 fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos.

8.a - aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado (Enhanced Integrated Framework) para os países menos desenvolvidos;

8.b - até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da OIT.

ODS 9. Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 - desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;

9.2 - promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos;

9.3 - aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados;

9.4 - até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência no uso de recursos aumentada e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades;

9.5 - fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando o número de trabalhadores de P&D por milhão de pessoas em x% e os gastos público e privado em P&D.

9.a - facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos (LDCs), aos países em desenvolvimento sem litoral (LLDCs) e aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS);

9.b - apoiar o desenvolvimento tecnológico nacional, pesquisa e inovação nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities;

9.c - aumentar significativamente o acesso às TIC, e procurar ao máximo oferecer acesso universal e acessível à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

ODS 10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles

10.1 - até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional;

10.2 - até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;

10.3 - garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;

10.4 - adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e políticas de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;

10.5 - melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulamentações;

10.6 - assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas;

10.7 - facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.

10.a - implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC;

10.b - incentivar AOD e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, SIDS e LLDCs, de acordo com seus planos e programas nacionais;

10.c - até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5%.

ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 - até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;

11.2 - até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;

11.3 - até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;

11.4 - fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;

11.5 - até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir em y% em relação ao PIB as perdas econômicas causadas por elas, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;

11.6 - até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;

11.7 - até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

11.a - apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;

11.b - até 2020, aumentar em x% o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às alterações climáticas, a resiliência a desastres; desenvolver e implementar, de acordo com o próximo mandato da Hyogo Framework, gerenciamento de risco e desastres em todos os níveis;

11.c - apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

ODS 12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis

12.1 - implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis (10YFP), com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento;

12.2 - até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais;

12.3 - até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas póscolheita;

12.4 - até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;

12.5 - até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;

12.6 - incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios;

12.7 - promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais;

12.8 - até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza;

12.a - apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo;

12.b - desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;

12.c - racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

ODS 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos*

* Reconhecendo que a UNFCCC é o fórum internacional, intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

13.1 - reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;

13.2 - integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;

13.3 - melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação da mudança do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce.

13.a - implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da UNFCCC para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível;

13.b - Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

ODS 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável

14.1 - até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes;

14.2 - até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;

14.3 - minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis;

14.4 - até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas;

14.5 - até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;

14.6 - até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca INN, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC⁴⁷;

14.7 - até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os SIDS e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo;

14.a - aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e SIDS;

14.b - proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados;

14.c - assegurar a plena aplicação do direito internacional, como refletido na UNCLOS para os Estados membros, incluindo, quando aplicável, os regimes regionais e internacionais existentes, para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos por seus membros.

ODS 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade

15.1 - até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;

15.2 - até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar o florestamento e o reflorestamento em x% globalmente;

15.3 - até 2020, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;

15.4 - até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;

15.5 - tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de

⁴⁷ Levando em conta as negociações da OMC em curso e a Agenda de Desenvolvimento de Doha da OMC e a Declaração Ministerial de Hong Kong.

biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;

15.6 - garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;

15.7 - tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;

15.8 - até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;

15.9 - até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas.

15.a - mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas;

15.b - mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento;

15.c - reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

ODS 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 - reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares;

16.2 - acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;

16.3 - promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos;

16.4 - até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado;

16.5 - reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;

16.6 - desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

16.7 - garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;

16.8 - ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global;

16.9 - até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento;

16.10 - assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

16.a - fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;

16.b - promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Finanças

17.1 - fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas;

17.2 - países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), inclusive fornecer 0,7% da Renda Nacional Bruta (RNB) em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15 - 0,20% para os países menos desenvolvidos;

17.3 - mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;

17.4 - ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados (HIPC) para reduzir o superendividamento;

17.5 - adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.

Tecnologia

17.6 - melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global, quando acordado;

17.7 - promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado;

17.8 - operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação) mecanismo de capacitação

para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das TIC.

Capacitação

17.9 - reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

Comércio

17.10 - promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da OMC, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha;

17.11 - aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos LDC das exportações mundiais até 2020;

17.12 - concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 - aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas;

17.14 - aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;

17.15 - respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

As parcerias multissetoriais

17.16 - reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;

17.17 - incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 - até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e SIDS, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais;

17.19 - até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o PIB e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

Textos para Discussão já publicados

Antiga série

- 📖 Pesquisas Contínuas da Indústria - Vol. 1, nº 1, janeiro 1988
- 📖 Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia - Vol. I, nº 2, 1988
- 📖 Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI - Vol. I, nº 3, março 1988
- 📖 O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão - Vol. I, nº 4, abril 1988
- 📖 Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020 - Vol. I, nº 5, maio 1988
- 📖 Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação - Vol. 1, nº 6, agosto 1988
- 📖 A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80 - Vol. I, nº 7, setembro 1988
- 📖 Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas - Vol. I, número especial, outubro 1988
- 📖 Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária - Vol. I, nº 9, setembro 1988
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
- 📖 Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo - nº 11, janeiro 1989
- 📖 De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino - nº 12, fevereiro 1989
- 📖 Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados - nº 13, fevereiro 1989
- 📖 Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980 - nº 14, maio 1989
- 📖 As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs - nº 15, maio 1989
- 📖 As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 16, junho 1989
- 📖 Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - nº 17, agosto 1989
- 📖 Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - nº 18, agosto 1989
- 📖 Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - nº 19, setembro 1989
- 📖 Uma Análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - nº 20, outubro 1989
- 📖 Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso Brasileiro - nº 21, novembro 1989
- 📖 Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados - nº 22, novembro 1989
- 📖 O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 23, dezembro 1989
- 📖 Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais - nº 24, dezembro 1989
- 📖 Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas - nº 25, janeiro 1990
- 📖 Ensaio sobre a Produção de Estatística - nº 26, janeiro 1990
- 📖 O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - nº 27, fevereiro 1990
- 📖 Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados - nº 28, fevereiro 1990
- 📖 Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - nº 29, março 1990

- 📖 Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - **nº 30**, abril 1990
- 📖 Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 - **nº 31**, maio 1990
- 📖 Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - **nº 32**, maio 1990
- 📖 A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - **nº 33**, junho 1990
- 📖 Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - **nº 34**, julho 1990
- 📖 A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - **nº 35**, agosto 1990
- 📖 Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - **nº 36**, setembro 1990
- 📖 Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - **nº 37**, outubro 1990
- 📖 A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - **nº 38**, novembro 1990
- 📖 Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - **nº 39**, dezembro 1990
- 📖 A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - **nº 40**, janeiro 1991
- 📖 A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - **nº 41**, fevereiro 1991
- 📖 Ensaios sobre Estatísticas do Setor Produtivo - **nº 42**, março 1991
- 📖 A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - **nº 43**, março 1991
- 📖 Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980 - **nº 44**, abril 1991
- 📖 Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970-1980 - **nº 45**, abril 1991
- 📖 A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições - **nº 46**, maio 1991
- 📖 A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais - **nº 47**, maio 1991
- 📖 Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras - **nº 48**, junho 1991
- 📖 Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro - **nº 49**, junho 1991
- 📖 As Estatísticas e o Meio Ambiente - **nº 50**, julho 1991
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes: 1981-85 Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto - **nº 51**, julho 1991 (2 Volumes: Volume 1 - Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- 📖 O Censo Industrial de 1985 - Balanço da Experiência - **nº 52**, agosto 1991
- 📖 Análise da Inflação Medida Pelo INPC 1989 - **nº 53**, agosto 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Questão Amostral: Módulo II do Anteprojeto - **nº 54**, setembro 1991
- 📖 A Força de Trabalho e os Setores de Atividade - Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990 - **nº 55**, outubro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: Apuração das Informações: Módulo III do Anteprojeto - **nº 56**, novembro 1991
- 📖 Novos Usos para Pesquisa Industrial Mensal: A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária - **nº 57**, novembro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Disseminação das Informações Módulo IV do Anteprojeto - **nº 58**, dezembro 1991
- 📖 Estatísticas Agropecuárias: Sugestões para o Novo Plano Geral de Informações - **nº 59**, dezembro 1991
- 📖 Análise Conjuntural e Pesquisa Industrial - **nº 60**, janeiro 1992
- 📖 Exploração dos Dados da Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais - **nº 61**, fevereiro 1992

- 📖 Uma Proposta de Metodologia para a Expansão da Amostra do Censo Demográfico de 1991 - nº 62, outubro 1993
- 📖 Expansão da Fronteira e Progresso Técnico no Crescimento Agrícola Recente - nº 63, novembro 1993
- 📖 Avaliação das Condições de Habitação com Base nos Dados da PNAD - nº 64, setembro 1993
- 📖 Análise da Taxa de Desemprego Feminino no Brasil – nº 65, dezembro 1993
- 📖 Aspectos da Metropolização Brasileira: Comentários sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991- nº 66, janeiro 1994
- 📖 Estimativas Preliminares de Fecundidade Considerando os Censos Demográficos, Pesquisas por amostragem e o Registro Civil - nº 67, janeiro 1994
- 📖 Apuração de Dados no IBGE: Problemas e Perspectivas - nº 68, fevereiro 1994
- 📖 Limeira - SP: Estimativas de Fecundidade e Mortalidade 1980/1988 - nº 69, março 1994
- 📖 Desemprego - Uma Abordagem Conceitual - nº 70, abril 1994
- 📖 Apuração dos Dados Investigados no Questionário Básico (CD 1.01) do Censo Demográfico de 1991 - nº 71, outubro de 1994
- 📖 Deslocamento Populacional e Segregação Sócio-Espacial – Migrantes Originários do Rio de Janeiro - nº 72, novembro de 1994
- 📖 Projeção Preliminar da População do Brasil para o Período 1980-2020 - nº 73, dezembro de 1994
- 📖 Considerações Preliminares Sobre a Migração Internacional no Brasil - nº 74, janeiro de 1995
- 📖 Estatísticas Agropecuárias Censitárias no Âmbito do Mercosul - Brasil, Argentina e Uruguai - nº 75, julho de 1995
- 📖 Projeções Preliminares das Populações das Grandes Regiões para o Período 1991-2010 - nº 76, agosto de 1995
- 📖 Dinâmica da Estrutura Familiar no Sudeste Metropolitano, Chefia Feminina e Indicadores Sócio-Demográficos: Um exercício exploratório utilizando modelo da regressão múltipla - nº 77, setembro de 1995
- 📖 O Uso das Matrizes de Insumo-Produto e Matrizes de Inovação para Medir Mudanças Técnicas - nº 78, outubro de 1995
- 📖 Estimativas dos Fatores de Correção para o Registro de Nascimentos Utilizando Registros tardios a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas 1974/1994 - nº 79, abril de 1996
- 📖 Aspectos de Amostragem Relativos ao Censo Cadastro de 1995 - nº 80, junho de 1996
- 📖 Tendências Populacionais no Brasil e Pressão Sobre o Mercado de Trabalho Futuro - nº 81, setembro de 1996
- 📖 Transformações Estruturais e Sistemas Estatísticos Nacionais - nº 82, setembro de 1996
- 📖 Metodologias para o Cálculo de Coeficientes Técnicos Diretos em um Modelo de Insumo-Produto - nº 83, outubro de 1996
- 📖 Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico de 1991 - nº 84, outubro de 1996
- 📖 Componentes da Dinâmica Demográfica Brasileira: Textos Selecionados - nº 85, novembro de 1996
- 📖 Apuração dos Dados Investigados pelo Questionário da Amostra - CD 1.02 do Censo Demográfico de 1991 - nº 86, dezembro de 1996
- 📖 Estudo Preliminar da Evolução dos Nascimentos, Casamentos e Óbitos 1974-1990 - nº 87, janeiro de 1997

- 📖 Sistema de Contas Nacionais - Tabelas de Recursos e Usos - Metodologia - nº 88, dezembro de 1997
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Economia Informal Urbana 97 - nº 89, junho de 1998
- 📖 Comparações da Renda Investigada nos Questionários do Censo Demográfico de 1991 - nº 90, julho de 1998
- 📖 Uma Revisão dos Principais Aspectos dos Planos Amostrais das Pesquisas Domiciliares Realizadas pelo IBGE - nº 91, setembro de 1998
- 📖 Planejamento Amostral para as Pesquisas Anuais da Indústria e do Comércio - nº 92, outubro de 1998
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996 - nº 93, dezembro de 1998
- 📖 Reflexões sobre um Programa de Estatísticas Ambientais - nº 94, abril de 1999
- 📖 O Comportamento das Importações e Exportações Brasileiras com Base no Sistema de Contas Nacionais 1980 - 1997 (versão preliminar) - nº 95, maio de 1999
- 📖 Meio Ambiente: sua integração nos sistemas de informações estatísticas - nº 96, maio de 1999
- 📖 Conta da Terra: considerações sobre sua realização no Brasil - nº 97, dezembro de 1999

Textos para discussão - nova série

- 📖 **Número 1** - Sistema integrado de contas econômico-ambientais - SICEA: síntese e reflexões / Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 2000.
- 📖 **Número 2** - Aspectos da produção de informação estatística oficial no contexto da sociedade atual: algumas questões teórico-metodológicas / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2000
- 📖 **Número 3** - A Cor denominada: um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho/98 / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000.
- 📖 **Número 4** - Indicadores para a agropecuária - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Agropecuária, 2001.
- 📖 **Número 5** - Estudos para definição da amostra da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário / Ana Maria Lima de Farias. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Indústria, 2001.
- 📖 **Número 6** - A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo / José Luis Petruccelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002..
- 📖 **Número 7** - Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000 / Sonia Oliveira, Ana Lucia Sabóia, Bárbara Cobo - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- 📖 **Número 8** - Principais Aspectos de Amostragem das Pesquisas Domiciliares do IBGE - revisão 2002 / Zélia Magalhães Bianchini e Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 9** - Censo Demográfico 2000 - Resultados da Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta / Luís Carlos de Souza Oliveira, Marcos Paulo Soares de Freitas, Márcia Regina Martins Lima Dias, Cláudia Maria Ferreira Nascimento, Edie da Silva Mattos e João José Amado Ramalho Júnior - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2003.
- 📖 **Número 10** - Sistema de informação estatística e a sociedade da informação / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.

- 📖 **Número 11** - Indicadores para a agropecuária - 1996 a 2001 /Julio César Perruso, Marcelo de Moraes, Duriez, Roberto Augusto Soares P. Duarte e Carlos Alfredo Barreto Guedes - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária, 2003.
- 📖 **Número 12** - A Unidade de Metodologia e a Evolução do Uso de Amostragem no IBGE, 2003 / Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2003.
- 📖 **Número 13** - Estimando a Precisão das Estimativas das Taxas de Mortalidade Obtidas a Partir da PNAD / Pedro Luis do Nascimento Silva e Djalma Galvão Carneiro Pessoa. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004.
- 📖 **Número 14** - A Qualidade na Produção de Estatísticas no IBGE / Zélia Magalhães Bianchini. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2004
- 📖 **Número 15** - Calibration Estimation: When and Why, How Much and How / Pedro Luis do Nascimento Silva. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 16** - Um panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002 / Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 17** – Processamento das Áreas de Expansão e Disseminação da Amostra no Censo Demográfico 2000 / Ari Nascimento Silva, Luiz Alberto Matzenbacher e Bruno Freitas Cortez. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 18** – Fatores de correção para o registro de nascimentos utilizando registros tardios segundo os grupos de idades das mulheres - Brasil e Unidades da Federação - 1984-2001 / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque e Selma Regina dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 19** – O processo de Imputação dos quesitos de migração no Censo Demográfico 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque, Janaína Reis Xavier Senna e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 20** – Tábuas de Mortalidade por sexo e grupos de idade - Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980, 1991 e 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque e Janaína Reis Xavier Senna - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005
- 📖 **Número 21** – Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2001 e 2005/ Cristiane Soares e Ana Lucia Saboia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 22** – Estimação de Intervalos de Confiança para Estimadores de Diferenças Temporais na Pesquisa Mensal de Emprego / Mauricio Franca Lila e Marcos Paulo soares de Freitas - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento e Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 23** – Amostra Mestra para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Marcos Paulo Soares de Freitas, Mauricio Franca Lila, Rosemary Vallejo de Azevedo e Giuseppe de Abreu Antonaci - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 24** – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD / Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 25** – Pesquisas Agropecuárias por Amostragem Probabilística no IBGE: Histórico e Perspectivas Futuras / Coordenação de Agropecuária - Rio de Janeiro: IBGE, 2007

- 📖 **Número 26** – Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro: Reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 / Antonio de Ponte Jardim e Leila Ervatti - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 27** – Características da fecundidade e da mortalidade segundo a condição migratória das mulheres, com base no quesito de "data fixa" / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Isabel Cristina Maria da Costa e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 28** – Utilização de Modelos para Estimar a Mortalidade Brasileira nas Idades Avançadas / Jorcely Victório Franco, Juarez de Castro Oliveira e Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 29** – Influência da mortalidade nos níveis de fecundidade da população brasileira e o intervalo médio entre duas gerações sucessivas - 1980, 1991, 2000 e 2005/ Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque e Maria Lúcia Pereira do Nascimento - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 30** - Família nas pesquisas domiciliares: questões e propostas alternativas / Rosa Ribeiro, Ana Lúcia Sabóia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 31** – Setor e Emprego Informal no Brasil - Análise dos resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais / João Hallak Neto, Katia Namir, Luciene Kozovitz, Sandra Rosa Pereira - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2008
- 📖 **Número 32** - Diferenciais de idade entre os casais nas famílias brasileiras / Cristiane Soares. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 33** – Estudos de modalidades alternativas de censos demográficos: aspectos de amostragem / IBGE, Diretoria de Pesquisas, Grupo de Trabalho de Amostragem, Estimção e Acumulação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009.
- 📖 **Número 34** – O Acompanhamento Estatístico da Fabricação de Medicamentos na Indústria Farmacêutica Brasileira/ Marcus José de Oliveira Campos e Luiz Antônio Casemiro dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2009.
- 📖 **Número 35** – Áreas mínimas de Comparação / Weuber da Silva Carvalho, Gilson Flaeschen. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 36** – Contabilizando a Sustentabilidade: principais abordagens / Frederico Barcellos, Paulo Gonzaga M. de Carvalho e Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 37** – Indicadores sobre Trabalho Decente: Uma contribuição para o debate da desigualdade de gênero / Cíntia Simões Agostinho e Ana Lucia Saboia. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.
- 📖 **Número 38** – Reflexões sobre pesquisas longitudinais: uma contribuição à implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Leonardo Athias. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.
- 📖 **Número 39** – Desafios e possibilidades sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo / Ana Lucia Saboia, Bárbara Cobo e Gilson Gonçalves Matos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2012.

- 📖 **Número 40** – Metodologia Estatística da Pesca: Pesca embarcada / Aristides Pereira Lima Green e Guilherme Guimarães Moreira. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária e Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 41** – Pareamento Automático na Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico / Djalma Galvão Carneiro Pessoa, Fábio Figueiredo Farias e Vinícius Layter Xavier. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 42** – Seminários IBGE – 15 anos disseminando conhecimento / Sonia Albieri. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 43** – Estimadores de Diferenças Temporais e suas Variâncias: Uma Abordagem Aplicada ao Estudo de Indicadores Sociais a partir dos Dados da PNAD/ Gilson Gonçalves de Matos, Ana Lucia Saboia, Leonardo Athias. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 44** – Disponibilização de Acesso a Microdados em Institutos Nacionais de Estatísticas: Experiência de países selecionados e Eurostat/ Priscila Koeller, Fernanda Vilhena e Maria Luiza Barcellos Zacharias. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Coordenação de Indústria e Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 45** – Capacidade Funcional dos Idosos: Uma análise dos suplementos Saúde da PNAD com a teoria da resposta ao item/ Kaizô Iwakami Beltrão, Moema De Poli Teixeira, Maria Isabel Coelho Alves Parahyba e Philip Fletcher. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 46** – Recomendações internacionais sobre estatísticas sociais e como importantes institutos de estatísticas divulgam seus temas, com destaque para a área social/ Ana Lucia Sabóia, Leonardo Athias. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 47** – Uma contribuição para a produção de indicadores educacionais no IBGE: Panorama nacional e experiências internacionais/ Betina Fresneda, Ana Lucia Sabóia. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 48** – Regionalização e Alto Crescimento: uma análise sobre o crescimento de empresas nas Regiões Metropolitanas brasileiras/ Cristiano Santos...[et al.]. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 49** – Indicadores de pobreza nos municípios de Minas Gerais: comparação de métodos de estimação em pequenas áreas/ Débora F. Souza [et al.]. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2014.
- 📖 **Número 50** – Sistema integrado de pesquisas domiciliares: amostra mestra 2010 e amostra da PNAD contínua / Marcos Paulo Soares de Freitas, Giuseppe de Abreu Antonaci. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2014.
- 📖 **Número 51** – O Sistema de Contas Nacionais evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil / João Hallak Neto. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, Diretoria de Pesquisas, 2014.
- 📖 **Número 52** – Conjunto mínimo de indicadores padrão de qualidade a ser aplicado no Mercosul / Coordenação de Métodos e Qualidade . – Rio de Janeiro : IBGE, 2014

- 📖 **Número 53** – Codificar para contar – Um retrospecto das classificações econômicas usadas para fins estatísticos / Marcus José de Oliveira Campos. – Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2014.
- 📖 **Número 54** – Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas SEEI – O projeto de Reformulação das Estatísticas Econômicas / Comitê de Reformulação das Estatísticas Econômicas – Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2014.
- 📖 **Número 55** – Principais aspectos de Amostragem das Pesquisas Domiciliares do IBGE – Revusão 2015 / Sonia Albieri, Zélia Magalhães Bianchini – Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2015.